

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

**KAREN GRECO SOARES**

**MORAL E ÉTICA: A CONSTRUÇÃO DAS CONCEPÇÕES NA PERSPECTIVA DE  
RELAÇÕES PÚBLICAS**

**São Borja  
2014**

**KAREN GRECO SOARES**

**MORAL E ÉTICA: A CONSTRUÇÃO DAS CONCEPÇÕES NA PERSPECTIVA DE  
RELAÇÕES PÚBLICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Públicas – Ênfase em Produção Cultural da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Relações Públicas – Ênfase em Produção Cultural.

Orientador: Valmor Rhoden

**São Borja  
2014**

**KAREN GRECO SOARES**

**MORAL E ÉTICA: A CONSTRUÇÃO DAS CONCEPÇÕES NA PERSPECTIVA DE  
RELAÇÕES PÚBLICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Públicas – Ênfase em Produção Cultural da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Relações Públicas – Ênfase em Produção Cultural.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 29 de agosto de 2014.

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. Valmor Rhoden  
Orientador  
UNIPAMPA

---

Prof. Dr. Cristovão Almeida  
UNIPAMPA

---

Prof<sup>a</sup> Me. Carmen Abreu  
UNIPAMPA

Dedico este trabalho a todo e qualquer transeunte, cidadão, diverso e livre que percebe na busca pelo conhecimento a maior riqueza que a vida pode oferecer.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é saber que o seu sucesso depende também de outras pessoas, é notar que vivemos em relação ao outro, e que nunca se alcança algum objetivo sozinho. Desta forma, agradeço a todas as pessoas que direta ou indiretamente cruzaram meu caminho nestes quatro anos de caminhada acadêmica. Seja o motorista do ônibus que me conduziu a universidade com segurança, até a faxineira que limpou a sala que estudei. Estes coadjuvantes são parte de um todo, que profundamente sou grata. Não tanto pela experiência material, mas sim por me proporcionarem a reflexão, a observação do mínimo, deste mundo repleto de signos e significados, de simplicidades. Que me ensinaram a ver que o conhecimento se adquire pela luta diária, pelo desgaste e tantas vezes pela dor. Estes são os mestres do cotidiano, e é a eles que devo minha salva de palmas em pé.

Aos protagonistas da minha vida, de quem herdei o profundo apreço pela atividade intelectual: meu pai Paulo Sidnei Soares, sábio ancião e guardião honroso de minha família, e minha mãe Raquel Greco Soares, Relações Públicas por vocação, sem nunca ter assistido uma aula do curso. A ela guardo as melhores impressões de como ser bem relacionada, influente e amada. Aos meus criadores que dedico, agradeço e realizo este trabalho. É por eles que continuei quando quis desistir, e é para eles a vitória da possível graduação.

Aos mestres da academia, exemplos que me fazem sonhar ser da mesma maneira. A alguns destes sou profundamente grata e registro aqui os nomes: Tiago Costa Martins (meu primeiro orientador, quem me ensinou a pesquisar e aguçou como ninguém o sabor pela empreitada científica), Geder Parzianello, Cristovão Almeida, Simone Oliveira e Valmor Rhoden (incansável na condução do curso e apoio aos seus alunos). As tantas dificuldades encontradas no início da trajetória de conclusão de curso hoje são revertidas em lembranças e aprendizados de vida. Agradeço a estes e aos demais professores que me ensinaram, para além da faculdade, a viver e conviver com os problemas, vendo neles a sede pela descoberta, pela investigação.

Por fim, aos gênios: Willian Goulart Salgueiro, Bianca Reis e Marcelo Reis. Que sempre me fazem lembrar como a inteligência e a insanidade caminham de mãos dadas. Muito obrigada a todos!

## RESUMO

O presente estudo tem por objetivo discutir os conceitos de moral e ética à luz de um diálogo com a área da comunicação, mais especificamente, com as Relações Públicas. Para isso, foram revisadas as definições de moral e ética desde a Grécia Antiga, passando pela modernidade até chegar na contemporaneidade. Através dessa revisão, procurou-se prever que poder, opinião pública e espaços organizacionais (sejam públicos ou privados) são elementos que constroem a noção de ética e moral para a atividade, e que a própria profissão surge a partir de uma necessidade ética que englobam estas esferas. O estudo, além da revisão teórica, realizou também uma pesquisa empírica com profissionais de três esferas diferentes de atuação: a pública, privada e legislativa. Nesse sentido, procurou-se dar luz a essa temática de complexa compreensão e possibilitar o debate da questão da ética e da moral no exercício da profissão, buscando compreender como se constroem essas noções para a atividade.

**Palavras-Chave:** Ética, Moral, Relações Públicas.

## ABSTRACT

The present has the objective of discussing the concepts of moral and ethics through a dialogue with the communication's sciences, more specifically with Public Relations. With that purpose, the definitions of moral and ethics were reviewed since the Old Greece, passing through the modernity, until reach the contemporaneity. Through this revision, we aimed to preview what power, public opinion, or organizational scope (public or private) would be elements that build the ethical and moral notion to the activity, and that the profession arise itself from an ethical necessity, which includes those scopes. The study, besides the theoretical revision, accomplished also an empirical research with professionals from three different organization scopes. In the same way, we looked for given clarity to this thematic, which is of complex understanding, and make it possible the debate of the ethical and moral question in the exercise of the profession, searching to understand how this notions are built to the activity.

**Keywords:** Ethics, Moral, Public Relations.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Características fundamentais da moral na antiguidade e modernidade..	19
Tabela 2 – Valores considerados primordiais para a profissão.....	43
Tabela 3 – Valores vistos, de maneira geral, para a atividade de Relações Públicas.....	44
Tabela 4 – Diferenças entre moral e ética vistas pelo entrevistado.....	46
Tabela 5 – Respostas sobre a pergunta: como se dá a moral na prática diária da profissão?.....	48
Tabela 6 – Respostas sobre o que seriam estratégias éticas nas Relações Públicas.....	51
Tabela 7 – Respostas a pergunta: A legislação vigente para a profissão contempla todo o universo ético de abrangência das Relações Públicas? .....	54

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>2 MORAL: INTRODUÇÃO E COMPLEXIDADE</b> .....	<b>11</b>
2.1. Os estudos sobre a moralidade e condutas humanas .....	12
2.2. Filosofia da Moral .....	13
2.3. Moralidade em Platão.....	15
2.4. Abordagens da sociologia e psicologia .....	17
<b>3 ÉTICA: DIÁLOGOS POSSÍVEIS</b> .....	<b>20</b>
3.1. Antecedentes: valores .....	21
3.2. Ética e política.....	22
3.2.1. Ética e comunicação .....	23
3.2.2. Ética, esfera pública e opinião pública .....	24
3.3. Ética como reflexão moral .....	26
3.4. Éticas Aplicadas.....	28
<b>4 RELAÇÕES PÚBLICAS: A ÉTICA NA PERSPECTIVA HISTÓRICA</b> .....	<b>30</b>
4.1. O histórico da profissão construído sob a questão da ética: retórica e relações públicas valores .....	33
4.2. Histórico da profissão nos Estados Unidos .....	35
4.2.1. Histórico da profissão no Brasil .....	37
4.3. Legislação em Relações Públicas .....	39
<b>5 A CONSTRUÇÃO DAS CONCEPÇÕES NA PERSPECTIVA PRÁTICA</b> .....	<b>4</b>
5.1. Pesquisa empírica no estado do Rio Grande do Sul .....	41
5.2. Delimitação da amostra e entrevista por pauta.....	42
5.3. Escolha das pautas .....	43
5.3.2.. Primeira pauta: valores .....	46
5.3.3. Segunda pauta: concepções de moral .....	51
5.3.4. Terceira pauta: concepções de ética .....	51
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>56</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Moral e ética são temas presentes na história do conhecimento humano desde que as primeiras reflexões sobre a vida em sociedade surgiam. A moralidade e a ética são inerentes a todas as formas de sociabilidade humana, sendo exercidas nos mais diversos espaços de convívio, transpassando séculos de complexas reflexões científicas sobre o fenômeno. As diferentes esferas da sociedade produziram suas moralidades e suas éticas em relação a diferentes elementos, e esses elementos, para a área da Comunicação podem ser um alvo de estudo muito eloquentes. Para os estudos em comunicação, moral e ética são temas pouco visitados e é buscando aproximar estes fenômenos da perspectiva da pesquisa em comunicação que objetivamos este estudo. Com vistas a compreender os elementos que compõem e constroem a moral e a ética na profissão de Relações Públicas é que este estudo se debruça.

A profissão de Relações Públicas surge, nas sociedades modernas, em meio a um cenário específico em que questões morais e éticas circundavam as esferas tanto pública como privadas. O cenário caótico das organizações, condutas antiéticas corporativas, posturas amorais de dirigentes, declarações tendenciosas e nenhuma clareza nas ações ou responsabilidade para com a sociedade marcaram a necessidade de uma atividade proviesse sanar ou amenizar, ao menos, essa falta de comprometimento ético das grandes corporações. Assim surge a atividade especializada de Relações Públicas: como uma resposta aos problemas éticos de uma sociedade latente como a dos Estados Unidos no início do século XX.

Porém, a atividade muito antes desse período já se manifestava com as primeiras técnicas de Retórica na Grécia Antiga, entre o exercício político e ético na pólis. Essa relação entre as questões éticas e morais inerentes a atividade de Relações Públicas tanto na modernidade quanto na antiguidade se fazem presentes no estudo para compreender como surge a moral e a ética em um parâmetro histórico e contextual. Especificamente com Platão e Sócrates na antiguidade, e com Durkheim e Freud, objetivando compreender o que era moral para eles já na modernidade. É realizado um comparativo entre os períodos, e este servirá de base para compreender como ocorre a moral e a ética nas Relações Públicas atuais, se

voltadas a uma perspectiva moral da antiguidade ou uma perspectiva moral da modernidade.

Em ética, é apresentado como esta se desenvolve na esfera pública e o quanto é interligada aos discursos, à política e a opinião pública desde a antiguidade. O exercício ético das sociedades é realizado em meio a discussões de caráter político, tomada de decisões e impulsos de uma opinião do coletivo. Através deste referencial que interliga a ética e a moral como objetos de estudo da comunicação que parte-se para uma análise do sentido atual de moral e ética para a profissão de Relações Públicas

Nesse sentido, o estudo, além da revisão teórica, realizou uma pesquisa empírica com profissionais de três esferas diferentes de atuação para justamente compreender os elementos que formam a moralidade e a ética em Relações Públicas no âmbito da sua profissão. Para isso, são pesquisados profissionais da área legislativa, pública e privada da atividade, por meio de entrevista por pauta. Nas entrevistas são perguntados como o profissional vê o exercício ético e moral da profissão, e a partir dessas respostas é realizado um comparativo com o referencial teórico observado.

São inferidos que a moral e a ética em Relações Públicas são voltadas ao sentido da ótica da modernidade, sendo seu exercício atual ocorrido em meio a tomada de decisões nas organizações, aos públicos e aos jogos de poder que atravessam a profissão no cotidiano de atuação. Nesse sentido, procurou-se dar luz a essa temática de complexa compreensão e possibilitar o debate da questão da ética e da moral no exercício da profissão, buscando compreender como se constroem essas noções para a atividade.

“Não estamos a discutir um tema sem importância, mas sim como devemos viver.”  
SÓCRATES (390 a. C.)

## **2. Moral: introdução e complexidade**

A temática da moralidade rendeu, ao longo da história, uma gama incontável de estudos, pesquisas, livros, autores e teorias. Muitas linhas de pensamento semelhantes e outras contrárias que em suas diversas óticas foram gerando uma pluralidade de referenciais teóricos. Como Rachels enfoca: “há muitas teorias rivais, cada uma expondo uma concepção diferente do que significa viver moralmente” (RACHELS, 2004, p. 1).

Para quem hoje deseja arriscar uma investigação sobre o assunto, a questão é paradoxal. Ao mesmo tempo em que há uma liberdade de pesquisa sobre o assunto, dado o amplo arsenal teórico-conceitual disponível, a cautela deve ser lugar de destaque, pois a temática é complexa e qualquer deslize conceitual pode comprometer o estudo.

Ainda assim, apesar de ser tratado comumente como um assunto denso, as investigações em diferentes esferas da sociedade sobre a questão moral ainda recebem lugar de destaque nas ciências humanas e sociais, bem como na comunicação, intrínsecas a sua irmã conceitual, a ética. Para estudiosos contemporâneos do tema, como Filho (2013, [online]), nunca se falou tanto na temática, ou nunca foi tão necessário a sua compreensão, se não na atualidade.

Neste capítulo será apresentada a noção de moral a partir do seu início na filosofia antiga e posteriormente um contraponto com a visão de autores do período moderno, da sociologia e da psicologia. Estes entrecruzamentos entre antiguidade e modernidade fornecem os subsídios iniciais para a compreensão do fenômeno.

Nesse sentido, esta revisão teórica busca promover uma reflexão sobre o que é o fenômeno da moral nas sociedades e sua relação com a ética. Porém, para compreender o surgimento da filosofia moral, é necessário primeiro compreender o próprio início da filosofia, remontando ao período pré-socrático.

## 2.1. Os estudos sobre a moralidade e condutas humanas

A primeira grande preocupação do pensamento filosófico buscava identificar o que estaria por trás da aparente diversidade das coisas. Essa preocupação partia de uma premissa: a aparente diversidade das coisas é constituída por uma unidade fundamental de matéria. Para alguns filósofos da época seria a água, para outros, fogo, ainda outros o ar, e ainda outros mais, seria terra. Havia ainda, aqueles que argumentavam que as coisas eram diferentes de acordo com a diferente proporção desses elementos. Para cada corrente, havia diferentes concepções (FILHO, 2013) (TAILLE, 2006).

O próprio surgimento do pensamento filosófico originava-se, portanto, a partir deste certo “incomodo” com o diverso, com o plural, com o diferente. Nesse sentido, a maneira como o homem atribuiu valor ao seu comportamento ao longo da história partia-se desta mesma preocupação. Ou seja, as condutas humanas são diferentes entre si, mas há uma necessidade nos indivíduos de reduzir essa diversidade a explicações unitárias, que dêem sentido de igualdade de propósitos as ações (FILHO, 2013).

Para Barros Filho (2013), a filosofia antiga já surge com este certo desprezo pelo que é aparentemente plural. Para essa visão, a diversidade das coisas do mundo é acidental, pois há sempre por detrás dessa acidental pluralidade e diversidade uma unidade essencial. O trabalho da filosofia seria encontrar essa unidade essencial dentro da diversidade. Destaca-se aí o surgimento do conceito de essência. Para a filosofia pré-socrática, a essência é aquilo que numa coisa não é acidental, não é circunstancial (FILHO, 2013, [online]).

Ainda dentro do período pré-socrático, surgia na Ásia menor um grupo de expressiva contribuição para o conhecimento humano: a escola de Pitágoras, ou escola pitagórica. Conhecida por fundamentar a matemática e física atuais, a escola pitagórica é um exemplo desta busca filosófica pela unidade essencial ou comum a toda diversidade. Para eles, a essência, ou principio fundamental que forma todas as coisas, seria o número (FILHO, 2013, [online]).

Um dos grandes objetivos dos pitagóricos, bem como dos demais filósofos da época, era a busca pela vida boa. A matemática (os números), para eles, era um meio. Um instrumento para alcançar a boa vida. Um aperfeiçoamento de si. Além

disso, os pitagóricos foram os primeiros na história do pensamento ocidental a destacar a diferença entre corpo e alma, e por isso são os primeiros filósofos considerados dualistas. A dualidade pode ser definida como a diferenciação entre corpo e alma. A alma tem, portanto, característica eterna, e o corpo em decomposição permanente, ou seja, finito. A coabitação de corpo e alma seria accidental, e o essencial, só poderia ser obtido fora da vida corpórea. Assim, para se garantir a vida boa, devia-se purificar a alma (FILHO, 2013).

A maioria das formulações dos pitagóricos tem a ver com a sua busca pela purificação da alma. Sendo assim, a matemática, para eles, era uma forma particular deste exercício e, por conta desta abstração humana, uma atividade da alma por excelência (FILHO, 2013). Esta retomada a filosofia antiga e ao período pré-socrático introduziu, na história, um antecedente à noção de moral construído posteriormente: a busca por como se viver bem ou de como encontrar um padrão de vida essencial.

Esta busca irá acompanhar grandes pensadores da história e diversas correntes teóricas que se estendem e entrecruzam-se até os dias de hoje. Platão e Sócrates se inspirariam diretamente nos pitagóricos para realizarem suas teorias sobre a moral (FILHO, 2013) (TAILLE, 2006).

## **2.2. Filosofia da moral**

Sócrates dá início à filosofia da moral com esta mesma busca da escola pitagórica: a busca pelo entendimento sobre o que é a melhor forma de viver e melhor forma de conviver. Segundo Rachels (2004) a concepção mínima de moralidade é o esforço para dirigir nossa conduta por razões ou, ainda, fazer aquilo que nos mostre as melhores razões para fazer sem deixar de ser, ao mesmo tempo imparcial, considerar os interesses de todos os envolvidos na ação de maneira não parcial.

Nesse sentido, ainda no período antigo, conta-se que Sócrates tentava, na própria sociedade em que vivia despertar nas pessoas a dúvida sobre o que seria a unidade essencial a todos que caracterizasse a melhor forma de viver. Assim como

os pitagóricos, que se utilizavam da matemática, Sócrates queria saber quais eram os instrumentos necessários a uma vida plena, virtuosa (RACHELS, 2004).

Nesse sentido, Sócrates – contam Platão e Aristóteles – percorrendo as ruas e praças de Atenas, perguntava aos atenienses o que eram os valores nos quais acreditavam e que prezavam ao agir (RACHELS, 2013, p. 21). “O que é a coragem? O que é a amizade?” Perguntava Sócrates. Os atenienses respondiam ser virtudes. Sócrates rebatia: “o que é virtude?” Eles retrucavam: “é fazer o bem.” E Sócrates questionava: “o que é bem?” (RACHELS, 2013, p. 24).

Essas perguntas terminavam por demonstrar que os perguntados respondiam sem pensar no que falavam. Como quem respondesse o que lhe fora ensinado desde a infância, sem ter consciência do que falavam. Sócrates os forçava, então, a questionar qual a origem e a essência (a unidade comum na diversidade) das virtudes (valores) que julgavam praticar ao seguir os costumes da vida em sociedade. Ele os levava a indagar o porquê de uma conduta ser boa ou má e por que deveria ser classificada assim. Como exemplo, a valorização positivada justiça e a desvalorização injustiça (RACHELS, 2013, p. 26).

Nesse sentido, a filosofia moral, que surgia dessa indagação sobre o que é a vida boa e os seus elementos para consolidá-la, pode ser caracterizada, para esse período como: “a tentativa de ganhar uma compreensão sistemática da natureza da moralidade e do que esta requer de nós - ou, nas palavras de Sócrates, de “como devemos viver, e porquê” (RACHELS, 2004, p. 21).

O campo da filosofia moral, portanto, está na consciência do agente moral, ou seja, nas próprias pessoas. A reflexão que surge do questionamento acerca dos atributos que indicam uma melhor forma de viver é o que caracteriza a moral em Sócrates. Define-se, então, por agente moral aquele que conhece suas ações, causas e fins, o significado de suas intenções e de suas atitudes, constatando a essência dos seus atributos morais. Como reforça Rachels:

O agente moral consciencioso é alguém preocupado imparcialmente com os interesses de quantos são afetados por aquilo que ele, ou ela, fazem; alguém que cuidadosamente filtra os fatos e examina as suas implicações; que aceita princípios de conduta somente depois de os examinar, para ter a certeza de que são sólidos; que está disposto a «dar ouvidos à razão» mesmo quando isso significa ter de rever convicções prévias; alguém que, por fim, está disposto a agir com base nos resultados da sua deliberação (2004, p. 31-32).

Portanto, a filosofia moral busca deliberar conscientemente e pensando em todas as partes atingidas da situação qual a melhor forma de proceder. O agente moral é o responsável pela sua conduta, voltado ao seu espaço, em relação com o outro. A razão é o ponto fundamental que liga a moral às ações humanas (FILHO, 2013, [online]).

Ainda na busca pela compreensão da moralidade, outro nome que se destaca na filosofia antiga é Platão. Discípulo das ideias de Sócrates, Platão fornece uma alegoria em sua obra “*Republica*” muito pertinente para compreender o conceito de moral, conceito este que está alinhado às idéias de Sócrates.

### **2.3. Moralidade em Platão**

Para Platão, a moral tem a ver com as ações do indivíduo não em relação ao olhar repressivo dos outros, mas sim em relação à sua própria consciência. O que também corrobora com as idéias de Rachels (2004) sobre filosofia moral. Platão irá dizer que moral é a deliberação da consciência interna sobre o que é certo e errado (FILHO, 2013, [online]). A passagem do anel de Gíges pode facilmente explicar este conceito. Abaixo, segue o relato extraído do livro II de A República:

Gíges era um pastor a serviço do rei que reinava então na Lídia. Em consequência de uma grande tempestade e de um terremoto, o solo tinha se fendido e uma medonha abertura tinha se formado no lugar onde ele apascentava seu rebanho. Admirado com o que via, desceu pela abertura, e conta-se que, entre outras maravilhas, viu um cavalo de bronze, oco, com portinholas e, tendo passado a cabeça através de uma delas, viu um homem que estava morto, segundo toda a aparência, e cuja estatura ultrapassava a estatura humana. Esse morto estava nu; tinha somente um anel de ouro na mão. Gíges o pegou e saiu. Ora, tendo-se reunido os pastores como de costume para fazer ao rei o seu relatório mensal sobre o estado dos rebanhos, Gíges veio à assembléia, trazendo no dedo o seu anel. Tendo tomado o lugar entre os pastores, girou, por acaso, o anel de tal modo que a pedra ficou do lado de dentro de sua mão e, imediatamente, ele se tornou invisível para os seus vizinhos, e falava-se dele como se tivesse partido, o que o encheu de espanto. Girando de novo o seu anel, virou a pedra para fora e imediatamente tornou a ficar visível. Atônito com o efeito, ele repetiu a experiência para ver se o anel realmente tinha esse poder, e constatou que, virando a pedra para dentro, tornava-se invisível; para fora, visível. Tendo essa certeza, fez-se incluir entre os pastores que seriam enviados até o rei como representantes. Foi ao palácio, seqüestrou a rainha e atacou e matou o rei; em seguida, apoderou-se do trono (PLATÃO, 2002, p. 359).

Ora, essa passagem pode soar simples, mas o que Platão pretende com ela permite elucidar sobre o que é moral. Quando tinha o anel em mãos, Gíges não era visto por ninguém. Porém, quando não portava este, todos o viam. Gíges, ao notar este fato, deu-se conta de que aquele anel lhe conferia um atributo inédito: o atributo da invisibilidade (FILHO, 2013, [online]).

Imediatamente, deduziu que tal atributo o colocaria imune frente ao olhar do outro (ao olhar condenatório, ao olhar repressivo). Em suma, Gíges percebeu que se encontrava brindado por aquele anel. Desde então, o comportamento de Gíges mudou. De posse do anel, passou a invadir palácios, cometeu assassinato e uma série de ações consideradas criminosas, mudando drasticamente suas atitudes e valores por conta da invisibilidade oferecida pelo anel.

Esta passagem é de uma reflexão pertinente, também, para a nossa atualidade: uma ideia de moral na contramão do senso comum, segundo a qual a conduta moral é aquela que depende de uma atividade da consciência de quem age (FILHO, 2013, [online]).

Desta maneira, não está submetida a interferências outras além da própria consciência do agente. Isso significa que a conduta moral tem a ver com o que os indivíduos fazem em condições de neutralidade repressiva, ou seja, em condições que não tem ninguém olhando, ou situação de invisibilidade, como a passagem do anel de Gíges supõe.

Para Clóvis de Barros Filho (2013, [online]), pesquisador brasileiro que destina boa parte de seus estudos a questão da ética e moral na atualidade, a relevância da passagem de Gíges pode valer-se para a compreensão de algumas situações que envolvem a questão da moralidade cotidianamente. Segundo ele, quanto mais vivermos numa sociedade repressiva, que determina e constrange os comportamentos, menos espaço há para a moral, pois é inibido o exercício deliberativo da consciência.

Como exemplo, pode-se citar países da Europa que não cobram dos transeuntes tarifas para utilizar o transporte coletivo. Este, por sua vez, é dado somente se a pessoa quiser, sem ter alguém que o cobre. Dar ou não o dinheiro é uma questão moral (FILHO, 2013, [online]). Desta maneira, para esta concepção,

quanto maior for a coação, a inibição e a repressão, mais distantes se estará do campo da moral.

O senso comum normalmente associa a palavra moral a repressão, a regras de comportamento, porém, para ele e para as idéias socráticas e platônicas, a moral é o contrário disso. A moral é um tipo de “diálogo particular intraconsciência” em que a pessoa decide a conduta que vai ter (FILHO, 2013, [online]).

Os ensinamentos de Sócrates e Platão ensejam, portanto, o conceito de moral aliado a consciência dos indivíduos. Um exercício reflexivo sobre o que é certo ou não fazer, buscando, como fim, a melhor forma de convivência, a essência do bem viver. Essas visões serão precedentes para complexos sistemas morais, como o cristianismo e outros sistemas mais, relacionados à religião.

A partir de que a moral enquanto conceito vai recebendo influências da perspectiva religiosa, o termo passa a ter outras conotações, que imprimirão uma conceituação de moral diferenciada da que a filosofia iniciou. Neste estudo não se pretende revisar autor por autor ou sistema moral por sistema moral, pois tal abordagem se tornaria extenuante para o trabalho. Nesse sentido, optou-se por apresentar, pelo viés de dois autores do período posterior ao século XX, já na modernidade, as definições de moral em Durkheim e Freud, que propõem outra noção de moral, contrapondo-se a dos antigos filósofos que iniciaram as discussões sobre o tema.

Salienta-se que esse contraponto é fundamental para refletir sobre as diferentes visões de moral de acordo com o contexto histórico. Também se torna rico para o estudo apresentar contrapontos teóricos, a fim de obter uma abordagem panorâmica do tema estudado.

#### **2.4. Abordagens da sociologia e psicologia**

Émile Durkheim e Sigmund Freud foram nomes imprescindíveis em campos do saber distintos: Durkheim para a sociologia e Freud para a psicologia. Os dois, assim como muitos outros estudiosos, destinaram parte de suas pesquisas à questão da moralidade humana. Ambos com perspectivas diferentes: um pelo viés do social, do coletivo, e o outro, pelo viés da consciência e do indivíduo. Assim, fornecem uma visão da moral que se difere da relatada até o presente momento da pesquisa.

No começo do século XX, Durkheim, ao se preocupar com a viabilidade de uma educação moral laica, publicou em 1902 um consistente livro sobre a temática, no qual analisou os processos mentais que levam um indivíduo a basear suas condutas pela moral. Para ele, o processo se identifica através de duas percepções distintas: “o medo decorrente do reconhecimento de uma força imensamente superior e a desejabilidade despertada por um ser portador de qualidades apreciáveis e indispensáveis” (TAILLE, 2006, p. 13).

Esse “ser”, para Durkheim, tratava-se da própria sociedade, ou seja, o coletivo. Pessoas que desenvolvem um senso coletivo de apreço à pátria ou ao estado têm mais tendência a praticar o respeito devido às normas morais. Além de que o sentimento de *sagrado* oferece o indicativo de uma possível punição caso haja o não cumprimento moral, o que enseja prioritariamente um sentido de obrigatoriedade ao desenvolvimento de um ser moral (TAILLE, 2006).

Nesse sentido, para Durkheim a moral para os indivíduos recebe uma conotação de sentimento de *sagrado*, funcionando a racionalidade apenas como importante no processo de conhecer e compreender a moral imposta pela sociedade e melhor aplicá-la. Em suma, para Durkheim, ser moral trata-se de “obedecer aos mandamentos de um ‘ser coletivo’ superior que inspira o sentimento do sagrado por ser temido e desejável” (TAILLE, 2006, p. 13).

Nesse sentido, podem-se inferir algumas características da noção da temática moral para os estudos sociológicos: tem ligação estreita com a realidade social, e uma dimensão afetiva individual que norteia as decisões e escolhas. A moral tem relação direta com o sistema de valores de uma sociedade, calcadas em sua cultura, tradições e religiosidade.

Outro importante pensador da moral foi o pai da psicanálise, Sigmund Freud. Freud realiza uma análise em que o grande mérito está em observar o caráter conflituoso da moral com o indivíduo (TAILLE, 2006). Para ele, o indivíduo deseja a ela se submeter, pois compreende que essa é a forma de se viver civilizadamente. Porém, é relutante a tal posicionamento, pois isso implica a perda de sua liberdade, conseqüentemente, a saciação de seus desejos (TAILLE, 2006).

Nisso, também é explicável que nem sempre o indivíduo será moral tendo uma boa formação moral, pois está passível de receber outras inclinações primitivas, como raiva, ódio, etc. A tarefa da moral está sumamente na consciência, de

controlar e dominar a todo o momento as forças internas destruidoras do ser humano. O que difere da atividade de consciência moral em Platão e Sócrates, que a viam como um exercício deliberativo. Em Freud, porém, a consciência tem caráter repressor. A chamada consciência moral, para ele, está presente em outra categoria psíquica inconsciente: o *superego* (TAILLE, 2006).

Para fins de compreensão, o superego trata-se de um juiz ou censor ao ego. Como uma categoria do inconsciente, o superego atua como um regulador da ação moral e tem sua gênese em um jogo de forças afetivas e sentimentos vinculados a figura materna e paterna, o chamado complexo de Édipo (TAILLE, 2006). Ou seja, ele se forma por meio das introjeções, exigências e proibições paternas. Nisso, pode-se inferir que a visão de Freud sobre moral está baseada, assim como na de Durkheim, em dimensões afetivas e intelectuais concernentes ao indivíduo em relação a sua vida em sociedade, tendo a razão como o agente que procura compreender e equilibrar o processo inconsciente de ação moral com o consciente prático. Associa-se sua ação moral a regra, ao padrão de conduta e ao temor por outra instancia maior repressora.

De maneira geral pode-se dizer que a moral, então, para estes dois autores, pressupõe uma normativa considerada correta e determinada pela sociedade. Essa noção difere-se totalmente da apresentada no período da filosofia antiga, que acredita ser o exercício da moral uma deliberação da consciência sobre o que é melhor para si, deliberada sem a necessidade de uma normativa repressora. Já em Durkheim e Freud, para que a moralidade ocorra é necessário que exista uma autoridade reguladora (Deus, Juíz, Superego), e o não cumprimento dessas imposições morais é passível de castigo ao infrator.

Assim, se podem delinear três características fundamentais da moral no parâmetro oferecido no período da filosofia antiga e da modernidade. Como o explicitado na tabela a seguir:

Tabela 1 – Características fundamentais da moral na antiguidade e modernidade.

Sócrates, Platão (antiguidade)	Durkheim, Freud (modernidade)
É uma deliberação da consciência do indivíduo sobre como melhor viver e	A moralidade é imposta, inquestionável e a desobediência as

conviver, sem a necessidade de uma normativa repressora.	suas regras pressupõe castigo.
--	--------------------------------

Fonte: Autora do trabalho (2014).

Note-se que a moralidade, para cada período histórico, recebe uma diferente entonação. No período do seu surgimento referia-se a um ato da consciência do agente moral, um exercício reflexivo sobre a melhor forma de se conviver. Já no período da modernidade, com o avanço e complexificação das sociedades, a moral desloca sua concepção e passa a ter a ver com regras de conduta e padrões de comportamento.

E que relações a moral, palco de diferentes abordagens ao longo da história, tem com a ética? Para alguns, se trata da mesma coisa, para outros funcionam como termos opostos e outros ainda, temas complementares. A ética, no capítulo seguinte, será a discussão em foco, com o objetivo de elucidar sobre sua definição e principais pensadores, oferecendo alguns diálogos necessários até chegar à discussão de ética no campo da comunicação.

### **3. Ética: diálogos possíveis**

A palavra ética comumente costuma indicar regras de comportamento, normativas de grupos, etc. Um exemplo comum dessa perspectiva são os chamados códigos de ética. Para Filho (2013, [online]), associar ética às regras de conduta induz a pensar que esta corresponde a uma espécie de tabela que contém todas as possibilidades de conduta humana. Em cada coluna da tabela, se tem que é ético e o que é não ético, o que é aceitável ou não. Logo, uma pessoa ética é aquela que decorou a tabela de comportamento.

Essa reflexão proposta pelo autor permite pensar justamente o que não é ética. Neste capítulo buscar-se-á compreender o conceito de ética desmembrando-se da noção genérica que normalmente se tem do termo, bem como as diferenças e

semelhanças com moral. Porém, para compreender o surgimento do conceito de ética é necessário também remontar à antiguidade, na Grécia antiga.

### **3.1. Antecedentes: valores**

A ética surge no seio da moral, tendo como os gregos os seus precursores. Foram eles os primeiros a problematizar sobre a pertinência ética de uma conduta. Nesta percepção, a definição de ética associava-se à definição de moral, pois ambas refletiam nesse período o mesmo objeto de estudo: a melhor maneira de se viver e conviver (FILHO, 2013, [online]) (RACHELS, 2004).

Porém, com o desenvolvimento e complexidade das ações humanas em relação ao coletivo, a ética passou a denotar um conjunto de referências que permite refletir o que é ou não aceitável para determinado grupo (FILHO, 2013, [online]). A discussão da ética, então, já tem a ver com o coletivo dos indivíduos, neste caso, com a cidade. Neste sentido, as diferenças éticas entre as sociedades já podiam ser observadas, como por exemplo: o que era perfeitamente aceitável para os gregos, era inaceitável para os cristãos (FILHO, 2013, [online]).

Depois de 1600 d.C. surgem muitas outras formas de pensar a ética das condutas. Cita-se Maquiavel com o pensamento pragmático, Jeremy Bentham e John Stuart Mill com o pensamento utilitarista, Kant e o pensamento intencionalista e Nietzsche, com o pensamento vitalista. As grandes reflexões sobre o termo ética já estavam incorporados aos estudos de muitos filósofos (FILHO, 2013, [online]).

Portanto, um estudo sobre a ética trata de problematizar qualquer tentativa de atribuição de valor<sup>1</sup> a vida humana. A ética pode ser entendida, neste primeiro momento, como uma busca coletiva, uma atividade coletiva do intelecto que objetiva a identificação da melhor maneira de conviver (FILHO, 2013, [online]).

---

<sup>1</sup> Definição de valor: "Etimologicamente valor provém do latim *valere*, ou seja, que tem valor, custo. As palavras desvalorização, inválido, valente ou válido têm a mesma origem. O conceito de valor freqüentemente está vinculado à noção de preferência ou de seleção. Não devemos, porém, considerar que alguma coisa tem valor apenas porque foi escolhida ou é preferível, podendo ela ter sido escolhida ou preferida por algum motivo específico. Rokeach (3) define valor como uma crença duradoura em um modelo específico de conduta ou estado de existência, que é pessoalmente ou socialmente adotado, e que está embasado em uma conduta preexistente. Os valores podem expressar os sentimentos e o propósito de nossas vidas, tornando-se muitas vezes a base de nossas lutas e dos nossos compromissos" (COHEN; SEGRE, 1995, p. 2-3).

Aristóteles foi o grande nome que motivou a delimitação deste conceito e do objeto de estudo da ética, e foi a partir de sua compreensão que uma relação muito importante para este estudo foi estabelecida, a relação de ética com a política. A questão da ética e da política será o ponto de análise a seguir.

### 3.2. Ética e política

Ao classificar os tipos de conhecimento, Aristóteles estabeleceu uma categorização consagrada até hoje: a divisão entre saberes. As ciências são, pois, divididas em três grupos: as ciências poéticas, as ciências práticas e as ciências teoréticas. As poéticas referem-se às artes, as técnicas de fabricação de um produto, de uma obra. Inclui, nesse campo, a arquitetura, a medicina, a pintura, escultura, etc. Já as ciências teoréticas referem-se às coisas que não foram fabricadas pelo homem, coisas que escapam ao mundo sensível e que só podem ser contempladas. Os objetos de contemplação são as coisas divinas e a natureza (ARISTÓTELES, 1972, p. 48).

Por fim, as ciências práticas referem-se às atividades práticas, relacionando-se as condutas do homem, de suas ações. Dentro das ciências práticas estão a política e a ética. A política é a ciência prática maior que tem, dentro do seu escopo, como auxiliar, a ética:

Ninguém duvidará de que o seu estudo pertença à arte mais prestigiosa e mais verdadeira que se possa chamar a arte mestra. Ora a política mostra ser dessa natureza, pois é ela que determina quais ciências devem ser estudadas num Estado [...]” (ARISTÓTELES, 1973, p.49).

Ética e política, embora não sejam os mesmos conceitos, apresentam características próximas, que justificam um pertencimento a uma categoria comum de conhecimento. Em outras palavras, ética e política são saberes diferentes, mas os dois estão sob o mesmo guarda chuva: os saberes da práxis, da ação humana (FILHO, 2013, [online]). A política, em seu surgimento relacionava-se às relações de poder e a tomada de decisões no que dizia respeito a pólis<sup>2</sup>, a cidade, ao estado, na

---

<sup>2</sup> Pólis: Do grego, cidade. Na compreensão de Aristóteles, a cidade (pólis) é vista “como a comunidade que tem por finalidade o soberano bem (...) a cidade é a mais “importante” (a soberana comunidade) e aquela que inclui todas as outras” (TÓRRES, 2005, p. 2).

busca por uma melhor convivência. Nesse sentido, pode-se realizar a primeira relação com ética e política: ambas possuem objetivos semelhantes desde seu surgimento, o de buscar a melhor forma de convivência dentro do espaço social.

Para melhor exemplificar, Filho (2013, [online]) apresenta outra relação que pode demonstrar como política e ética dialogam: a tolerância e a laicidade. A tolerância é um valor ético, atribuído a pessoas. Já a laicidade é um princípio político. Portanto, tolerância está no campo da ética e laicidade no campo da política. Não há como dizer que uma pessoa é laica, pois este atributo só pode ser associado a um Estado. E não há como dizer que um estado é tolerante, pois este atributo é de valor humano. Ambos os conceitos estão em esferas diferentes, mas os dois referem-se ao campo da valorização das ações humanas e dos espaços.

O objetivo neste trabalho de apresentar algumas relações da ética com a política é de contextualizar para ainda outra relação, que fecundará a proposta deste de análise deste estudo: a questão da ética no campo da comunicação.

### **3.2.1. Ética e comunicação**

Entendido que ética e política se relacionam através do mesmo objetivo (melhor convivência), e ocorrem nos espaços públicos, a comunicação entra interligando estas duas esferas. Segundo Filho (2013), a ética é um estudo que tem por objeto como devemos agir. A questão "devemos" indica que a ação ainda não está concluída, portanto, o objetivo da ética não é uma ação e sim uma intencionalidade, uma ideia, um discurso<sup>3</sup> (FILHO, 2013).

A ética se desenvolve nos seios das argumentações, dos pontos de vista, da reflexão sobre o coletivo, como a reflexão sobre a melhor forma de convivência. Trata-se, assim, de uma investigação sobre o pensamento que se materializa no corpus dos discursos.

---

<sup>3</sup> Para Dominique Mainguineau (2004), o discurso deve ser compreendido como algo que ultrapassa o nível puramente gramatical ou linguístico. O discurso apóia-se sobre a gramática da língua (o fonema, a palavra, a frase), mas nele é importante levar em conta também os interlocutores, suas crenças, valores e a situação (lugar e tempo geográfico, histórico) em que o discurso é produzido. Nesse sentido, o discurso também possui a característica de agir sobre o outro e modificar uma situação.

Exemplo disto é a relação histórica do surgimento da política e da comunicação, como fica explícito no fragmento: "mais precisamente em Atenas, no século 5 a.C., nascem simultaneamente, conforme muitos autores, a reflexão acerca da política, a retórica e a prática política, em um sentido rigoroso" (RUBIM, 2000, p. 18).

A retórica, nesse sentido, pode ser entendida como a parte que compete à comunicação, como o estudo que trata dos discursos na pólis, a eloquência e técnica. Há autores que afirmam ser a retórica as primeiras formas de estudo que posteriormente, na contemporaneidade, dariam lugar a comunicação social.

Outra categoria que se faz pertinente para a compreensão da articulação entre ética, política e comunicação são os espaços em que se exerce a política e a ética. Como o observado historicamente, os espaços públicos estão presentes na construção dos diálogos, dos discursos e dos atos políticos desde a antiguidade. Para a ética, que tem no seu objeto de estudo as ideias, a esfera pública é fundamental para o exercício ético das sociedades.

### **3.2.2. Ética, esfera pública e opinião pública**

Sendo a comunicação (discursos) a área que interliga com a dimensão de esfera pública, este é um campo profuso do exercício ético humano, pois é neste espaço que as argumentações e a tomada de decisões ocorrem. Entendem-se as tomadas de decisões como o exercício político do ser. Nesse sentido, para compreender melhor esta relação entre exercício ético e exercício político na esfera pública, tem-se a definição de esfera pública proposta por Maia:

[...] a esfera pública refere-se ao reino do debate, da discussão livre entre cidadãos considerados iguais política e moralmente, sobre questões de interesse comum. É a arena em que se processa a vontade coletiva e se justificam as decisões políticas (2006, p. 1).

Outro autor que conceitua esfera pública é Habermas (1967). Seu estudo parte-se da análise de um período histórico a parte: a sociedade burguesa do século

XVIII. Vale salientar que os debates públicos já antecederam este período, porém o autor busca analisar este período em que a crítica ao Estado efervescia pela burguesia que se formava.

Com esta nova classe, novas demandas políticas, econômicas e sociais surgiam. Não havia mais a hegemonia feudal nem o clero como portadores da autoridade maior na vida social. A recente sociedade industrial era detentora de opinião crítica ao governo, em que o diálogo mútuo e compreensivo era pouco efetivo. Uma distinção realizada pelo autor era de que: “incluída no domínio privado encontrava-se a autêntica esfera pública, dado que era uma esfera pública constituída por pessoas privadas” (HABERMAS, 1962, p. 30).

Porém, com a chegada dos meios de comunicação a esfera pública desse período se ampliou fortemente, e perdeu sua função crítica. De um público burguês restrito, privado, passou-se a um público de massa amplo, interligado por uma rede invisível de opiniões comuns e dotado de expressivo posicionamento político. Aí se insere outro conceito necessário a compreensão de esfera pública: a opinião pública, que surge nesse cenário como uma força crítica muito interessada nos problemas éticos das sociedades.

A opinião pública, ainda dentro dos estudos de Habermas: “se forma na luta de argumentos em torno de algo, não sem crítica, na aprovação ou rejeição, seja ela ingênua ou plebicitariamente manipulada, em relação a pessoas, através do *common sense*” (HABERMAS, 2005, p. 85). A questão da mutualidade e compreensão dialógica entre as diferentes opiniões é muito presente nos estudos de Habermas.

Nesse sentido, a estrutura da opinião pública é consolidada num conjunto de critérios de discurso: abertura da participação, não fechamento temático e paridade argumentativa (HABERMAS, 1982, p. 36-37). Esta articulação, quando dentro destes critérios, obedece aos valores de igualdade e liberdade em sociedade, os quais permitem ser este propriamente um espaço político (HABERMAS, 1982).

Dentro destes princípios é que ocorre o exercício ético na esfera pública para Habermas. A ética nesse sentido torna-se fundamental para possibilitar o diálogo ideal e o próprio reforço da esfera pública, como espaço genuinamente político e

transformador, tornando-se parte crucial dos processos políticos e comunicacionais (HABERMAS, 1982). Porém, não somente nos espaços públicos, a ética passou a circundar também as esferas privadas e organizacionais. Historicamente representou um desafio e uma necessidade a inserção do exercício ético nos ambientes organizacionais fosse de esfera pública ou privada.

A partir dos ambientes em que a ética se exerce foi possível criar uma diferenciação entre o termo e sua irmã-conceitual, a moral. A ética ocorre como uma reflexão da moralidade nestes espaços. Nesse sentido, o tópico seguinte buscará delinear algumas diferenças entre ética e moral a partir de diferenciações entre espaço público e privado, bem como sua aplicação na atualidade.

### **3.3. Ética como reflexão moral**

Tendo em visto o percurso realizado até o presente momento da pesquisa, é possível observar que os conceitos de moral e ética são diferentes e, ao mesmo tempo, complementares entre si. Porém, ainda não se delineou conclusivamente sobre a sua relação em específico. Na busca por uma definição sólida dos dois conceitos em diálogo, neste capítulo, procuraremos compreender a sua relação e diferenças com base na premissa de que ética é uma reflexão moral. Para isso, partimos dos estudos de Taille (2006).

A diferenciação que se faz entre ética e moral, como enfoca Ricouer (1990) e Taille (2006, p. 26), trata-se de convenções. São um consenso geral as peculiaridades dos dois termos. Do observado até agora pelo presente estudo, a moral relaciona-se a uma reflexão interior do consciente sobre as ações próprias, e a ética, uma reflexão do que compete ao coletivo, ao público, referenciado pelos diferentes espaços de discussão pública, tendo o mesmo objetivo: a busca pela melhor maneira de se viver e conviver.

Nesse sentido, Taille (2006) elenca algumas das principais convenções sobre as distinções entre os termos. A primeira trata-se da percepção da moral como um fenômeno presente em todas as sociedades e a ética a reflexão filosófica e científica sobre este fenômeno. Nisso, o autor explica que o fenômeno em questão é o da

moral estar presente em todas as sociedades, em épocas distintas. Ou seja, todas as sociedades possuem um senso de moralidade. Como bem pontuado pelo autor: “vale dizer que toda organização social humana tem uma moral” (TAILLE, 2006, p. 26).

Com essa passagem é possível associar que a ética se concretiza através da moral que os indivíduos exercem em seus respectivos ambientes organizacionais. A reflexão rigorosa da moral em organizações sociais específicas, postulada em leis e regulamentos é a ética (TAILLE, 2006). Assim, a ética nasce da reflexão da moral. Nessa perspectiva, ainda nas palavras de Taille (2006, p. 26) os indivíduos podem experimentar a moral sem nunca realizar uma reflexão ética.

Outra convenção recorrente sobre a diferenciação entre moral e ética é a que o autor traz acerca do espaço público e privado. Como anteriormente pontuado sobre a questão da ética em espaços públicos, uma reflexão neste sentido também pode ser verificada nas análises do autor. Moral seria reservado ao espaço privado e ética ao espaço público. Exemplificando: como um bom pai deve agir ou uma boa mãe deve agir (moral); e como deve ser a conduta de profissões variadas, grupos políticos (ética). Essas diferenciações aplicam-se apenas aos espaços, pois o conteúdo das condutas são semelhantes entre si. Como explica Taille:

Note-se que a diferenciação entre espaço público e privado não implica diferenças de conteúdo: por exemplo, o não roubar ou o não mentir valem para os dois. Em compensação, os códigos de ética (que inspiram os diversos comitês, em cada instituição profissional) implicam um trabalho de elaboração intelectual, fato que nos reaproxima da definição de ética como reflexão sobre a moral (TAILLE, 2006, p. 27).

Nessa perspectiva, a ética trata-se de uma reflexão elaborada e estruturada da moral, racionalizando contextos e implicações práticas de condutas e valores, ou seja, é autônoma e consciente. O que difere da moral, pois esta última é um ato deliberado do indivíduo, do privado. Assim, pode-se observar a relação de complementariedade presente nos dois termos, justificando assim, a opção de trabalhá-los de maneira articulada no presente estudo.

Com o acelerado fluxo da vida em sociedade atualmente é recorrente que o estudo da moral fique aquém, ou em outros termos, desvalorizado, para dar lugar ao

estudo próprio da ética. Ética ambiental, ética profissional, ética do ponto de vista de variados grupos são desmembramentos recorrentes na temática. As chamadas *éticas aplicadas* são o tópico de abordagem seguinte, visto que a observação de objetivo deste estudo é a aplicabilidade destas noções na perspectiva da atividade profissional de Relações Públicas.

### **3.4. Éticas aplicadas**

As éticas aplicadas comumente denotam os diversos âmbitos de reflexão moral ou da ética em termos práticos. Trata-se da sua aplicabilidade em contextos sociais organizados e específicos. Nas diferentes instâncias da vida prática a ética estabelece-se como a aplicação de princípios e normas que possibilitem a tomada de decisões sensatas e prudenciais, tornando a relação de direitos e deveres equilibradas. As éticas aplicadas surgiram na década de 1960 por justamente a realidade social necessitar de uma pluralidade moral. Como salienta Gonçalves:

Hoje pode-se mesmo afirmar que nenhum campo da acção humana é deixado de fora da análise ética. Fenómenos como o desporto ou o consumo, os meios de comunicação ou a ética profissional, configuram toda uma nova forma de reflectir sobre os problemas morais e de recomendar modelos de acção (2007, p. 5).

Atualmente, as discussões em ética aplicada ganham vigoroso destaque, especialmente nas ciências biológicas, como a bioética, ética no meio ambiente; e em um contexto de intenso fluxo de mercado e competitividade das organizações, tem-se a ética empresarial, a ética dos negócios, ética e mídias, etc.

Outro fator preponderante na questão da ética aplicada é o da sua relação com as profissões. Com a ploriferação expressiva de diversas atividades profissionais ao longo da história, a ética passou a fazer parte deste espaço também. Na perspectiva profissional, o conceito de ética aplicada pode ser associado à noção de deontologia. Para compreender essa noção, é necessário realizar uma distinção sucinta entre a mesma e teleologia (GONÇALVES, 2007).

A ética teleológica é de natureza consequencialista, ou seja, a ação e conduta humana deve ser medida pelas consequências dos atos dos indivíduos. Nesse caso,

o fim da ação é o que determina o agir. Por outro lado, a ética deontológica é aquela da natureza da intencionalidade. Em termos gerais, é a ética que se pauta no dever da boa intenção, independente das consequências, funcionando como uma obrigação moral, sem pensar nos fins. A ética aplicada ao exercício de uma profissão parte-se dessa premissa deontológica, ou seja, regulamentar uma ação a partir das reflexões morais, e elencar padrões de conduta, que independentemente dos fins ou consequências, devem sempre ser seguidos (GONÇALVES, 2007).

Nesse sentido, ao se propor pensar a ética como sendo uma reflexão científica da moral, que ocorre especialmente em espaços públicos; e que se aplica deontologicamente a profissões, tem-se o alinhamento necessário para refletir sobre os dois conceitos ética e moral (em sentido de complementariedade) para a prática das Relações Públicas.

A seguir, uma revisão do histórico da profissão e as principais inserções da temática ética nas bibliografias e correntes de pensamento do cenário brasileiro. Cabe salientar que não há estudos que tragam a palavra “moral” como conceito distinto nas bibliografias de Relações Públicas, portanto, para essa proposta adotar-se-á a perspectiva do tema moral como intrínseco ao de ética.

#### **4. Relações Públicas: a ética na perspectiva histórica**

Neste capítulo será realizada uma revisão sobre o surgimento e contexto histórico que deu origem a prática de Relações Públicas, em um panorama que envolve os Estados Unidos e Brasil. O estudo desta perspectiva histórica da profissão busca mapear as intersecções de questões éticas da sociedade latente do período que foram imprescindíveis para o surgimento da profissão. Pretende-se também, delinear algumas associações entre ética, contexto político e a opinião pública que tornam visíveis a conexão entre ética, política e comunicação, como apresentadas em capítulos anteriores.

##### **4.1. O histórico da profissão construído sob a questão da ética: retórica e relações públicas**

As Relações Públicas, atividade da contemporânea comunicação social, é uma área que se concentra na articulação da comunicação entre os públicos, como o exposto por Freitas (2002, p. 7): "as relações públicas ocupam-se da integração entre os públicos de uma organização, promovendo seu conceito institucional em relação à opinião pública".

No contexto contemporâneo das organizações, no qual o fluxo de informações e trocas é constante, a atividade ganha função estratégica. Nesse sentido, a profissão busca "transformar os diversos espectadores, clientes e funcionários da organização em autênticos públicos, por meio de ampla liberdade de informação e discussão" (ANDRADE, 2005, p. 89).

Porém, qual é o seu histórico? Quais foram os elementos que formaram o pano de fundo para o surgimento efetivo da profissão? Pergunta do tipo já havia sido feita por outros pesquisadores, como Kunsch (2009, p. 8), quando questionou categoricamente: "quando e onde teria começado, efetivamente, a prática de relações públicas no mundo?". Essa pergunta delineará os objetivos deste capítulo.

Tradicionalmente, o marco da origem da profissão teria ocorrido nos Estados Unidos, durante o séc. XIX. Porém, muito antes do seu consagrado surgimento na modernidade, já existiam formatos da atividade que preconizariam sua noção atual.

Assim como os primeiros estudos em moralidade e ética na Grécia Antiga, alguns autores afirmam que a primeira forma de relações públicas ocorreu exatamente neste período e contexto, com as discussões filosóficas sobre a técnica da Retórica. O livro, Retórica, de Aristóteles, para Grunig e Todd Hunt "poderia ser considerado um dos livros mais antigos escritos sobre relações públicas" (1984, p. 15).

Ora, a "arte de bem falar" ou o estudo das técnicas de linguagem e convencimento que consiste a retórica, foi uma vertente filosófica amplamente difundida naquele período. Tal estudo concentrava sua reflexão entre a relação de orador e público. A retórica possui nas suas bases estruturais a elaboração do discurso, a defesa e convencimento através de argumentação e técnicas discursivas.

O discurso, como visto anteriormente, é um dos objetos de estudo da ética, que está associada constantemente as relações de poder. Como explicita Sodré:

*Rhetor*, antes de significar “orador em espaço público”, ou “autor de uma lei” é simplesmente aquele que fala. Mas Retórica, desde suas origens na Antiguidade grega, é uma técnica de controle da linguagem. É uma busca de regras e de efeitos específicos. Nela deveria predominar não o discurso do poder, mas o poder do discurso (2009, p.35).

Nesse sentido, esta associação que Grunig fornece entre relações públicas e retórica como atividades similares sugerem que, além do contexto de surgimento de ambas ser o mesmo, a ética circunda desde sua origem estas esferas, no sentido de que as duas tratam-se de atividades e/ou técnica através das quais se busca a melhor forma de interação entre os públicos, da mesma maneira que a ética que busca a melhor maneira de conviver.

Ainda nesta perspectiva, a retórica com sua grande popularidade em Atenas foi aprimorando-se e obtendo certa concepção negativa, que começou desde o século V antes de Cristo e perdurou ao longo dos séculos. Este é outro ponto que pode dialogar a retórica com a prática das modernas Relações Públicas. A profissão, assim como a retórica, ganhou ao longo da história certo esteriótipo de manipuladora ou persuasiva. Estes atributos foram concedendo caráter negativo e um descrédito às ações da profissão. Estas características em comum, que constituem esta má fama, também é outro ponto de diálogo entre retórica e relações públicas.

Com o passar do tempo e o desenvolvimento de tecnologias, um importante aliado modificou vertiginosamente as formas de apreensão e recepção dos discursos, dando abertura a uma esfera inédita de interação. Essa tecnologia potencializou a formação de uma opinião pública, de um espaço público e de públicos em escala muito maior do que as platéias de Atenas. Os meios de comunicação surgiram à sociedade como um novo espaço de circulação de discursos e relações de poder. Sodré considera esse aparato midiático que a atualidade possui trata-se da própria retórica em um sentido mais elaborado:

No vaivém das aceitações e recusas, a retórica volta à cena pública com muita força e um outro nome: comunicação. Como nas origens, trata-se de uso político do discurso, só que agora com tecnologias vertiginosas e o álbi do mercado transnacional. Mídia é o nome que se dá ao complexo maquínico da retórica contemporânea (SODRÉ, 2009, p. 35).

Sodré fecha a ideia de retórica dialogando com o que sem hoje por comunicação. A retórica representa, portanto, neste estudo, o princípio da prática de relações públicas, possuindo o mesmo contexto de surgimento e mesmos elementos primordiais para análise: o espaço público e a opinião pública.

Para a ética e a moral esta compreensão é fundamental, pois o discurso é objeto de estudo da ética, que por sua vez forma-se no espaço público, em meio a relações de poder. Comunicação enquanto uso político do discurso, portanto, é a definição que pode ser dada e que mais dialoga com o objeto de pesquisa deste estudo, no caso a compreensão da ética e da moral para a profissão de Relações Públicas.

Dado que o histórico da profissão circunda a antiguidade com as primeiras técnicas de retórica, parte-se então para a compreensão do surgimento das modernas relações públicas e suas intersecções com a ética. Na modernidade, o contexto de surgimento das relações públicas ganha alguns elementos a mais, além daqueles que formaram a retórica. Nesse sentido, o tópico a seguir buscará traçar um diálogo do moderno surgimento das relações públicas nos Estados Unidos e no Brasil com a questão da ética, e sua relevância para a consolidação da prática na atualidade.

## **4.2. Histórico da profissão nos Estados Unidos**

A prática das Relações Públicas ganha contornos de profissão nos Estados Unidos, durante o início do século XX, devido a tensões e descontentamento geral do povo norte-americano frente as condutas antiéticas das grandes corporações industriais (FERNANDES, 2011, p. 21). Pode-se perceber, logo no contexto originário das Relações Públicas na modernidade, que a profissão nasce de uma necessidade essencialmente ética.

Os sindicatos trabalhistas ganhavam força e cresciam em suas reivindicações, buscavam organizadamente uma mobilização da opinião pública e à medida que pressionavam, mais ganhavam visibilidade. Um primeiro grupo trabalhista pode ser citado como marco importante na construção desse cenário, a Ordem dos Cavaleiros do Trabalho (OCT). Esse grupo foi a primeira organização

trabalhista dos EUA que representou uma vigorosa central sindical e que, a longo prazo, provocou grande mobilização de massa.

Posteriormente, a Federação Americana do Trabalho (FAT) sucedeu os esforços da OCT, e promoveu, como um dos seus princípios básicos, a mobilização não só dos sindicalistas, mas também, da opinião pública geral (Fernandes, 2011).

Outro acontecimento que criou não só um cenário propício ao surgimento da profissão de Relações Públicas, mas também marcou a história do sindicalismo mundial, foi a greve pela jornada de oito horas de trabalho, acontecimento que acarretou com a morte de grande número de operários em confronto com a polícia. A fatalidade deu vistas ao governo a aprovação de uma lei que regulamentou a jornada de oito horas de trabalho e fincou 1º de maio como Dia Internacional do Trabalho (FERNANDES, 2011).

Além da postura antiética das corporações industriais dos Estados Unidos, os próprios dirigentes dessas organizações apresentavam comportamentos imorais. Como foi o caso do pronunciamento célebre do empresário William Vanderbilt em entrevista a jornalistas sobre uma das linhas de trem nova de sua corporação ferroviária: “Estou a serviço dos meus acionistas. O público que se dane” (FERNANDES, 2011). Percebendo a negatividade com que foi recebida sua declaração entre os públicos, Vanderbilt tentou se retratar em nova entrevista ao The New York Times. Esse exemplo demonstra o problema de caráter estritamente ético pelo qual passavam as organizações e seus dirigentes. Fatos estes que tornam revelador a natureza e função da atividade de Relações Públicas.

Construído este cenário, tornava-se cada vez mais indispensável boa estratégia de comunicação tanto para os sindicatos (ao procurar mobilizar a opinião pública em relação as suas causas), como para as empresas, que agora se viam na posição de ter de vir ao público prestar contas e explicar suas atividades (FERNANDES, 2011). Esta tensão entre os grupos formulou a necessidade de um trabalho profissional voltado aos meios de comunicação de massa, que compreendesse os públicos, tanto internos quanto externos do domínio das organizações.

Nisso, o repórter Ivy Lee já percebendo o potencial de trabalho “na humanização das relações entre as empresas e o povo” (FERNANDES, 2011, p. 22) abriu, ao lado de George Parker, a Parker & Lee Associates, disposta a oferecer

serviços de imprensa prevendo na transparência das informações um ideal de base do bom relacionamento entre as empresas e seus públicos. Até publicou uma “Declaração de Princípios” para o exercício da atividade, o que demonstra muito claramente essa ligação da ética com a gênese da profissão de relações públicas.

Posteriormente, Lee trabalha para outras grandes corporações, destacando-se a consultoria a Rockefeller que consolida a sua atividade calcada na proposição de uma abertura das empresas à imprensa e ao diálogo, caracterizando, posteriormente o que viriam a se tornar técnicas de assessoria de imprensa.

Ainda na perspectiva do pioneirismo das Relações Públicas, destaca-se outro expoente, George Creel. O jornalista foi convidado pelo presidente dos Estados Unidos a dirigir o United Public Information Office, usualmente conhecido como Departamento de Propaganda do Governo dos Estados Unidos. Diferentemente do modelo utilizado pioneiramente por Yve Lee e os demais “agentes de imprensa”, Creel utilizava-se da “persuasão por meio de métodos científicos” (FERNANDES, 2011, p. 24). Edward Bernays é outro nome que tem papel representativo no grupo de Creel, e foi um dos responsáveis pela implantação de práticas assimétricas de Relações Públicas e disseminação da profissão em empresas privadas.

Bernays também produz bibliografia que delineou a prática e figura do profissional de Relações Públicas. Em seu livro, fala da função que o profissional tem de procurar a compreensão da opinião pública, imbuído de responsabilidade social. A partir de conhecimentos da ciência social, Bernays torna-se uma figura marcante para as Relações Públicas em termos científicos. Posteriormente, tornou-se o primeiro professor da disciplina de relações públicas na Universidade de Nova York (FERNANDES, 2011).

A partir de então as Relações Públicas instalam-se nas mais variadas instâncias da sociedade, a saber, também, na esfera governamental durante o governo de Roosevelt, desenvolvendo e espalhando-se, através de departamentos e aberturas de multinacionais em outros países.

Nota-se, com isso, que o seu surgimento esteve diretamente ligado a uma necessidade ética das grandes corporações, a problemáticas morais, e isso enseja que sua função originária tem a ver com os sentidos de ética e moral. Porém, é interessante observar que a temática não recebe lugar de destaque nas bibliografias usuais da profissão, elas preocupam-se mais em sistematizar e delinear as funções

práticas da atividade, articulando comunicação, organizações e públicos sem posicionar – salvo em alguns capítulos e obras – o eixo que fundamentou todo o início e necessidade do surgimento da profissão: as posturas éticas e condutas morais das organizações.

O profissional de Relações Públicas, como sua história bem pontuou, em tese deveria ter como base de todas as suas estratégias, planejamentos e técnicas, a busca pela integridade ética de seus assessorados, assim primando pela responsabilidade das organizações para com a sociedade e públicos. As Relações Públicas são uma profissão de dever ético, ou seja, sua função é efetuar a ética através da comunicação eficiente entre os públicos e tensões como o dialogo proposto até o momento reforçou.

#### **4.2.1. Histórico da profissão no Brasil**

No Brasil, o panorama do surgimento da profissão e o seu paradigma científico predominante alertam, também, para a pouca visibilidade que ética e moral possuem nas perspectivas teóricas da profissão. Geralmente são capítulos de livros destinados à compreensão da ética no sentido das organizações, das empresas, e não, de fato, na construção que se tem acerca da ética e moral para a perspectiva do profissional. Porém, o próprio surgimento da profissão em terras tupiniquins é pautado pela mesma problemática de caráter ético que os Estados Unidos vivenciou.

Ainda no início do século XX, no cenário nacional, o exercício da atividade de Relações Públicas era restrito a empresas internacionais, e setores de informação pública em órgãos de governo. Porém, com a vinda da The São Paulo Tramway Light and Power Co. Ltd., empresa de origem canadense que se responsabilizaria pela iluminação pública e transporte coletivo em São Paulo, houve a criação do primeiro departamento de Relações Públicas brasileiro. Tratava-se de ser um setor que procurava cuidar do relacionamento da empresa com os órgãos de imprensa, autoridades locais, etc.

Além disso, o departamento foi criado para “reduzir os conflitos que se avolumavam nos setores de energia elétrica e da água potável, cujo monopólio lhe fora outorgado pelo governo”. Mais uma vez aí, a profissão tem como sua base

principal a resolução de conflitos éticos entre públicos, e o profissional deve trabalhar de acordo que atenua e harmoniza as posturas de cada uma das partes.

Esse apanhado histórico salienta o surgimento das Relações Públicas como uma atividade que teve as questões éticas como pontos de partida para a solidificação da prática da profissão. Nota-se que o contexto tanto político, como social e econômico nos cenários observados (tanto Brasil, quanto EUA) viviam crises de caráter ético e a atuação de Relações Públicas surgiu como uma alternativa de contornar essas crises. Salienta-se também que a opinião pública e a esfera pública foram elementos importantes na construção desse cenário, sendo propulsoras do espaço de debate e das críticas que surgiam as organizações neste período.

Com a solidificação da atividade, a conduta ética profissional de Relações Públicas por vezes foi alvo de críticas ao longo da história (GONÇALVES, 2007, p. 2), pelo estereótipo de manipular ou persuadir sem obedecer princípios éticos. Nesse sentido, houve a criação de conselhos e órgãos reguladores da profissão em diversos países com vistas a regular o campo de atuação e formação do profissional. No Brasil, a criação de uma legislação da prática de Relações Públicas é vigente desde 1969, e está representada por um conselho federal e conselhos regionais, que vigoram na fiscalização do exercício da profissão até os dias atuais.

### **4.3. Legislação em Relações Públicas**

Atualmente, o Brasil conta com uma legislação atuante no cenário das Relações Públicas, em nível federal e regional. A profissão, regulamentada desde 1969, é fiscalizada com um Conselho Federal que possui cadastro de todos os profissionais formados na área. Para exercer a profissão é necessário a obtenção do grau de bacharel em Relações Públicas ou bacharel em Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas.

O escopo de atividades da profissão está inserido dentro de sua lei regulamentar e dentro do código de ética, que é um documento oficial esclarecedor de todos os direitos e deveres do profissional enquanto atuante em sua classe. Para compreender melhor o exercício legislativo de Relações Públicas na esfera

brasileira, apresentaremos o órgão regulador CONFERP e CONRERP (órgãos fiscalizadores da profissão federal e regional, respectivamente).

O Sistema CONFERP (Conselho Federal de Relações Públicas) foi criado no dia 11 de setembro de 1969 pelo Decreto-Lei 860, porém sua instalação só ocorreu em 4 de maio de 1971, após a publicação do decreto 68.582, que regulamentou o anterior mencionado. A criação do Conselho se deu após a publicação da Lei 5.377, que regulamentava a profissão de Relações Públicas. Nesse sentido, o conselho não poderia existir caso não fosse criada a lei que normatiza a atividade profissional no país.

O regimento interno do sistema CONFERP segue-se com a finalidade:

A coordenação, fiscalização e disciplinamento do exercício da profissão de Relações Públicas, criada pela Lei Nº 5.377, de 11 de dezembro de 1967, serão exercidos, em todo o território nacional, pelo Sistema CONFERP na forma do Decreto-lei Nº 860, de 11 de setembro de 1969, das Resoluções do CONFERP e deste Regimento (Art. 3º)

Nesse sentido, o conselho federal é o órgão normativo e gestor máximo em território nacional referente à atividade de Relações Públicas, e prevê a instalação de Conselhos Regionais para sua fiscalização fragmentada. Em casos de julgamento dos recursos dos Conselhos Regionais, o CONFERP é o tribunal de instância final que legisla a profissão. Dentre outras atividades, o CONFERP realiza a interface entre os poderes constituídos com o objetivo de identificar problemas e adequadas soluções no âmbito do exercício da profissão.

Cabe ao Conselho, também, julgar as infrações e impor penalidades referentes, por força de lei, além de expedir as carteiras profissionais, e os certificados de registros de entidades e organizações que se dediquem profissionalmente à atividade de Relações Públicas.

A partir do CONFERP é que são criadas outras autarquias de fiscalização da atividade de Relações Públicas. Como esta pesquisa está inserida geograficamente no estado do Rio Grande do Sul, o conselho desta região fará parte do referencial deste trabalho. Nesse sentido, o CONRERP 4ª Região (conselho regional de relações Públicas) foi viabilizado para regular a profissão dentro dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, correspondendo ao órgão que fiscaliza diretamente os profissionais inseridos neste espaço de atuação.

Fundado em 19 de maio de 1972, o Conselho Regional de Relações Públicas tem por dever fiscalizar o exercício ilegal da profissão, impedindo o exercício não só daqueles que o praticam sem a diplomação exigida, bem como daqueles que a exercem sem ética e atributos requeridos. No âmbito regional, fiscaliza o cumprimento dos direitos do profissional e a garantia de seus direitos na classe. O órgão é diretamente regulador da profissão no estado do Rio Grande do Sul, possuindo presidente, conselheiros efetivos, conselheiros suplentes, delegados e comissões.

Porém, como efetivamente se constrói no espaço profissional de atuação do Relações Públicas a noção de ética e moral? Para a filosofia antiga e os autores percorridos até o momento da pesquisa, a ética é exercida na esfera pública, durante ato político da tomada de decisões. Se objetifica através do discurso e tem relação direta com a moral, pois parte-se do exercício reflexivo desta, que por sua vez, é a deliberação da consciência acerca do que é melhor a fazer.

No geral, as duas concepções deliberam para um ideal comum: a melhor forma de viver e se conviver. Nesse sentido, buscando entender como o profissional de Relações Públicas – que é atuante em ambientes organizacionais públicos e privados, e exerce função política como uma de suas atividades –, constrói sua ética, a pesquisa parte-se para o momento empírico, com a realização de uma pesquisa com profissionais da área no estado do Rio Grande do Sul.

Essa análise prospecta compreender como surgem as questões éticas na profissão e como o profissional percebe a importância das mesmas na sua atuação. Além disso, visa obter um panorama acerca destes temas tão recorrentes na história do pensamento humano, que dessa vez, estão em uma atividade específica da contemporaneidade. Dessa forma, a proposta do estudo também visa uma qualificação maior para a profissão.

O capítulo seguinte trata-se da pesquisa empírica realizada com os profissionais da área, buscando compreender como se constrói as concepções de ética e moral para as Relações Públicas.

## **5. A construção das concepções na perspectiva das Relações Públicas: perspectiva prática**

No objetivo de construir um panorama das noções de moral e ética para as Relações Públicas, optou-se por realizar uma análise empírica com profissionais da área atuantes no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Não seria possível obter a compreensão dos conceitos para os profissionais se a pesquisa não se deslocasse até seu objeto, ou seja, até quem atua no dia-a-dia na área. Nesse sentido, foi realizada uma pesquisa através do instrumento entrevista por pauta, com quatro profissionais de esferas diversas de atuação prática nas Relações Públicas no estado do Rio Grande do Sul.

### **5.1. Pesquisa empírica no estado do Rio Grande do Sul**

O Rio Grande do Sul, estado brasileiro que compõe expressivo escopo de atividade tanto acadêmica quanto profissional na área das Relações Públicas (de cinco grandes universidades federais, três possuem cursos de Relações Públicas<sup>4</sup>), foi pioneiro na legislação da atividade.

O estado foi um dos primeiros do Brasil a criar um sindicato para a profissão, mesmo antes de ter sido regulamentada no país. A primeira entidade destinada a estabelecer normativas para o fortalecimento da classe foi a Associação Profissional dos Profissionais de Relações Públicas (ROSA; CARVALHO, 2006, p. 13).

Formado por um grupo de 26 membros, esta associação, através da aprovação do Delegado Regional do Trabalho na ocasião – Celito de Grandi, aprova o seu Estatuto, que passa a ser reconhecida, posteriormente, como Sindicato dos Profissionais de Relações Públicas, no Estado do Rio Grande do Sul. O Sindicato representaria o que foi o primeiro no sindicato representativo da categoria profissional no estado (ROSA; CARVALHO, 2006).

Ainda durante os anos de execução do Sindicato, alguns eventos contribuíram para que a própria classe no estado influenciasse a criação da lei no congresso que regulamentou a profissão. Em 1975, quando o governo do Estado do Rio Grande do Sul foi assumido por Sinval Guazzelli, foi idealizado um relacionamento com o exterior diretamente através do Palácio do Piratini e não do Itamarati. Nesse período, foram chamados alguns profissionais do RS para formar

---

<sup>4</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Pampa e Universidade Federal de Santa Maria possuem cursos de Relações Públicas dentro da área da Comunicação Social.

essa Assessoria Internacional, além de dar suporte ao Setor de Cerimonial do Palácio Piratini (ROSA; CARVALHO, 2006).

Assim, os profissionais que estavam à frente dessa proposta no Rio Grande do Sul começaram a refletir sobre a atividade de Relações Públicas de maneira que tivesse a força suficiente para a criação de uma lei que a regulamentasse e pudesse ser exercida sob a legalidade. Os precursores da época, entre eles, Macedônia Franco e Nei Remedi da Souza, relatam que tiveram apoio de várias pessoas, dentre elas o Prof. Roberto Porto Simões, da PUCRS, que teve uma força muito grande na formação da profissão de Relações Públicas (ROSA; CARVALHO, 2006).

Através da lei que foi votada no Congresso, e depois sancionada pelo presidente e regulamentada e também sancionada através da força desse grupo, a profissão de Relações Públicas tem sua regulamentação. E com a criação, houve a necessidade da criação de conselhos que garantissem os direitos e deveres da classe. Desta forma, criou-se o primeiro Conselho da atividade a nível nacional (ROSA; CARVALHO, 2006).

Torna-se, assim, evidente o histórico que o estado tem na questão da legislação das Relações Públicas, por isso a escolha do mesmo para a realização da pesquisa empírica. No tópico seguinte, serão apresentados os resultados da amostra.

## **5.2. Delimitação da amostra e entrevista por pauta**

Tendo em vista que se trata da apreensão de temas densos refletidos por um grupo específico, a metodologia de análise de pesquisa precisou valer-se de um instrumento que coletasse com minúcia e cautela os dados que se desejava obter. Nesse sentido, entrevistas nas ciências sociais são metodologias muito utilizadas quando se deseja compreender uma realidade a partir de um grupo social. Porém, entrevistas abertas ou em profundidade fornecem um ambiente muito amplo de análise, que para nossa pesquisa não compete, pois já são temas amplos em si (ética e moral).

No objetivo de evitar análises dispersas ou superficiais optou-se pela entrevista por pauta, método de análise que delinea mais objetivamente os campos temáticos que se buscam atingir.

A entrevista por pauta "se guia por uma relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso" (GIL, 2007, p. 65), oferecendo ao pesquisador parâmetros de análise pré-estabelecidos, ou seja, um instrumento de coleta de dados já com caráter estruturado. Isso facilita a apreensão dos dados com maior precisão, já que as respostas serão constituídas pelo entrevistado a partir da pauta fornecida pelo entrevistador.

A partir da escolha do método de coleta de dados, a esfera seguinte que constituiu o direcionamento da pesquisa foi a delimitação da amostra. A amostra previa, por um viés qualitativo, a escolha de quatro profissionais de esferas diferentes de atuação da profissão de Relações Públicas, para oferecer um parâmetro dos diferentes pontos de vista e nichos da atividade. Como esta proposta percorre a questão da ética e da moral no espaço público e nas organizações, procurou-se, com a mostra, abranger este universo.

Para isso, foram entrevistados dois (02) profissionais da esfera privada, que trabalham e/ou já trabalharam em agência de comunicação; (01) profissional da esfera pública; e a atual Presidente do Conselho Regional de Relações Públicas, representando a opinião do órgão máximo regulador da profissão na região sul, que abrangem os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A realização da entrevista com a atual representante da presidência do Conselho Regional para os fins da pesquisa é de expressiva significância, pois permite observar como as noções de ética e moral são vistas pela atuação na esfera legislativa da profissão no cenário brasileiro. Todos os profissionais entrevistados são Relações Públicas por profissão e possuem cadastro regular no CONRERP.

Para preservar a identidade dos entrevistados, os profissionais da esfera privada de atuação serão chamados entrevistados A e B, e da esfera pública e esfera legislativa, serão chamados C e D. As análises são descritas e categorizadas de acordo com as pautas pré-estabelecidas pela entrevistadora.

### **5.2.1. Escolha das pautas**

São três pautas que constituem a entrevista: valores, moral e ética. Na pauta sobre valores foram realizadas cinco perguntas dissertativas sobre o conceito e sua aplicação, tanto para obter uma visão geral do entrevistado sobre o assunto, quanto para compreender a inserção do conceito na sua atividade prática.

Nas pautas moral foram realizadas sete perguntas dissertativas, duas a mais que a pauta anterior. A pauta moral procurou abranger outras questões intrínsecas ao assunto na profissão, como persuasão, convencimento e bibliografias na área de Relações Públicas.

Na pauta ética foram realizadas sete perguntas dissertativas com relação a estratégias éticas no âmbito de atuação de Relações Públicas, conflitos e legislação (código de ética) da profissão.

A estruturação de cada pauta e o escopo de suas perguntas foram pensadas para abranger, também, outras questões relativas à temática, que pudessem gerar uma compreensão deslocada dos fenômenos – ética e moral – com os entrevistados. Nos parágrafos subsequentes apresentamos a análise das entrevistas, pontuando, além da descrição das respostas, um comparativo com o referencial teórico observado até o momento.

As análises são realizadas através do método comparativo de análise, metodologia essa que permite comparar as respostas das diferentes esferas de atuação de Relações Públicas e, com base nisso, perceber as similaridades, diferenças e aspectos curiosos nas respostas. Esta entrevista por pauta procurou observar como se constrói as noções de ética e moral para estes profissionais e verificar se há a possibilidade de aproximação com a noção teórica de moral e ética que foi pontuada ao longo da argumentação da pesquisa.

### **5.3. Primeira pauta: valores**

A primeira pauta buscou formular perguntas a partir dos valores, que são elementos intrínsecos a moral e a ética. Priorizou-se por conhecer primeiramente a noção de valores por estes profissionais, pois esse é um tema que antecede todo exercício ético e moral. Compreende-se que, para entender a ética de um grupo, é

necessário primeiramente recorrer aos seus valores, como Sócrates o fez, indagando sobre os valores dos atenienses em seu tempo, na antiguidade.

Nesse sentido, a primeira questão sobre valores pedia aos entrevistados que citassem três dos principais valores que considerassem primordiais para a profissão. Os entrevistados citaram os seguintes valores, que podem ser conferidos na tabela a seguir:

Tabela 2 – Valores considerados primordiais para a profissão.

Entrevistado A	Ética, responsabilidade, profissionalismo.
Entrevistado B	Ética, conhecimento e resultados.
Entrevistado C	Transparência, honestidade, ética.
Entrevistado D	Qualidade, seriedade, responsabilidade social

Fonte: Autora do trabalho (2014).

A ética é vista como um valor para os profissionais A e B da esfera privada, bem como para o profissional C da esfera pública. Foi o valor mais citado entre os entrevistados e ocorreu em todas as respostas. Salienta-se aqui a compreensão dos entrevistados do conceito de ética como um valor e não como um sistema de valores. A noção de ética como um exercício reflexivo da moral, ou a busca pela melhor maneira de se conviver, nesse ponto, não é citada na entrevista.

Ainda na análise da mesma pergunta, o termo responsabilidade é o segundo valor mais citado, ocorrendo responsabilidade para o entrevistado da esfera privada e responsabilidade social para a entrevistada da esfera legislativa. Sendo assim, os valores mais ocorridos, segundo os entrevistados, foram: ética e responsabilidade.

A segunda pergunta da pauta procurava entender, dessa vez, os valores intrínsecos as ações de Relações Públicas. Sabe-se que ações, programas, campanhas e estratégias de comunicação compõem o *mix* das atividades da profissão, portanto, uma pergunta pensando este campo de atuação oferece parâmetros muito pertinentes à análise.

A pergunta realizada foi “você cria ações de Relações Públicas com base em que valores?”. Nas palavras do entrevistado B: “*valores considerando o bem da empresa, a percepção positiva de marca*”. Nesse sentido, pode-se inferir que os valores das estratégias do entrevistado da esfera privada são pensados em relação

à organização da qual o profissional faz parte, e a marca da empresa. A resposta fornecida pelo entrevistado D (da esfera legislativa) confirma esse aspecto:

Para definir suas ações, o profissional de RP deve olhar a forma como os colaboradores internos e os demais stakeholders a olham, questionando-se sobre alguns pontos, do tipo: Quais são as convicções éticas, morais e filosóficas da organização e de seus colaboradores? Do ponto de vista ético, como a organização é vista por cada grupo de *stakeholders*, interno ou externo? Os princípios da organização condizem com negócios mais éticos e sustentáveis?

Infere-se, então, desta resposta a semelhante das respostas com relação aos valores das ações de Relações Públicas serem voltadas aos objetivos internos da organização a qual faz parte. No mesmo sentido a entrevistada da esfera pública observou: *“os valores devem obedecer princípios que fortaleçam a imagem da instituição e promovam o bem estar dos públicos as quais esta se relaciona”*. Apesar das diferentes localidades de atuação, os profissionais são uníssomos na resposta: os valores de suas ações são pautados nos objetivos do ambiente organizacional ao qual trabalham.

A terceira pergunta buscava compreender como o profissional vê os valores das Relações Públicas sob o ponto de vista geral, nesse sentido os valores que, segundo os entrevistados, mais se associavam a profissão. São apresentados na tabela abaixo:

Tabela 3 – Valores vistos, de maneira geral, para a atividade de Relações Públicas.

Entrevistado A	Ética, resultados e sinergia.
Entrevistado B	Ética, honestidade.
Entrevistado C	Honestidade, transparência e comprometimento.
Entrevistado D	Comportamento ético, honestidade, transparência.

Fonte: Autora do trabalho (2014).

Com base nas respostas, pode-se observar como mais citados os valores ética – considerada, mais uma vez, como um valor para os entrevistados – e

honestidade, sendo o segundo valor mais ocorrido. Posteriormente, foram citados resultados, sinergia, comprometimento e transparência.

A quarta pergunta buscava compreender o sentido de atuação que os valores tomam na profissão. Se são valores mais voltados para a empresa ou sociedade. Essa pergunta buscou confirmar a noção oferecida pela pergunta anterior, de que os valores das ações da profissão são realizados de acordo os ambientes organizacionais aos quais os mesmos fazem parte.

Nesse sentido, a pergunta realizada foi “*entre empresa e sociedade, de que lado o Relações Públicas?*” Segundo a resposta da entrevistada A, profissional da área privada, o Relações Públicas deve estar de nenhum dos lados e, sim, mediando esta relação: “*O RP tem o compromisso de mediar essa relação, não escolher um lado*”.

Já o entrevistado B, também da área privada, reforça: “*ter habilidade, eticamente, para transitar entre os três*”. Os entrevistados C e D, respectivamente de esfera pública e legislativa da atividade, pontuaram que, para haver uma efetividade das ações, o profissional precisa estar ciente dos direitos do cliente, da empresa e da sociedade, para assim transitar entre todas essas esferas.

Nesse sentido, ocorre uma contradição entre as respostas dos entrevistados: na pergunta anterior, a resposta geral era de que os valores intrínsecos as ações dos profissionais deveria atender os objetivos organizações as quais faziam parte. Já o discurso sobre o lado que o profissional deveria estar, entre sociedade e empresa, era o do transito entre estes públicos, e mediação, sem pender a qualquer lado. Ora, na pergunta anterior, é notável a posição da maioria dos entrevistados: a de ficar do lado da organização, com seus valores e objetivos. Já na segunda, os profissionais posicionavam-se como neutros e imparciais. Este posicionamento demonstra certa contradição entre o discurso e a prática: entendendo a prática como a criação das ações, e o discurso como a noção geral que se tem acerca do tema.

Essa pequena divergência, de que em um dado momento é dito que os valores são realizados com base na organização, e em outro, não somente com base na organização, mas também, público externo, pode ser um reflexo de como o discurso da construção da concepção de moral pode ser contraditório.

Nesse sentido, como apontamentos gerais acerca da pauta valores, cita-se: a percepção de ética como um valor e não como um sistema de valores pelos

entrevistados. A palavra ocorre unanimemente recebendo a compreensão, diferentemente do que é o seu conceito, como um valor para os profissionais. Há consenso que as práticas de Relações Públicas devem ser voltadas tanto para público interno quanto público externo, porém, para a realização de uma ação de Relações Públicas essas são feitas com base nos valores, em sua maioria, da organização a qual o profissional responde, confirmando no discurso dos profissionais essa posição.

#### 5.4. Segunda pauta: concepções de moral

A segunda pauta da pesquisa analisa os sentidos do conceito de moral para os entrevistados. A pauta também procura discutir com os entrevistados sobre questões transversais a moral, como persuasão, convencimento, e literaturas na área, temáticas que podem ser elucidativas para uma maior compreensão do conceito que se deseja estudar.

Nesse sentido, foi levantado um universo de sete perguntas referentes à temática. As principais análises e inferências realizadas acerca dessas respostas serão pontuadas a seguir.

A primeira pergunta pedia que os entrevistados expressassem, primeiramente, suas noções de moral em relação à ética. Portanto, foi perguntado: *“Observa diferença entre ética e moral? Explique.”* As respostas na grande totalidade consentiam que existe diferença entre moral e ética. Como o observado na tabela:

Tabela 4 – Diferenças entre moral e ética vistas pelos entrevistados.

Entrevistado A	As duas palavras comumente são utilizadas quase que como sinônimos, no entanto, a moral está mais ligada aos costumes de uma sociedade enquanto a ética está relacionada às regras que estabelecemos para a vida em sociedade.
Entrevistado B	Ética é o caráter, o modo como a pessoa é... então a pessoa sendo ética se baseia em valores morais. E a moral seriam mesmo as regras que temos no dia a dia.

Entrevistado C	Sim. A ética é o conjunto de normativas que rege um determinado grupo ou classe. Já a moral tem a ver com as regras e crenças de uma sociedade, com relação à sua cultura.
Entrevistado D	<p>A moral abrange o conjunto de regras que temos de seguir para vivermos em sociedade, regras estas determinadas pela própria sociedade, onde quem segue é uma pessoa moral; quem as desobedece, uma pessoa imoral.</p> <p>A ética reflete sobre as regras morais, contesta as regras morais vigentes, entendendo-as, por exemplo, ultrapassadas.</p> <p>Logo, ética e moral não são sinônimas, é perfeitamente possível ser ético e imoral ao mesmo tempo.</p>

Fonte: Autora do trabalho (2014).

Para três dos profissionais, a visão de moral está associada a regras de comportamento para se viver em sociedade. Essa concepção dialoga com a visão modernista apresentada na pesquisa, de observar a moral não como um exercício reflexivo, mas sim como regras. A questão proposta semelhantemente por Durkheim e Freud. Nisso, pode-se inferir, que a visão geral dos entrevistados pende mais a visão da modernidade do que a da antiguidade.

Já a entrevistada D observa que a ética reflete sobre as regras morais. Essa concepção vai de encontro a de Taille (2006), a que de que a ética é uma reflexão moral e ambas ocorrem em sentido de complementariedade.

No que tange a questão da moral especificamente voltada às Relações Públicas foi perguntado: *Qual a concepção de moralidade para as Relações Públicas?* A resposta do entrevistado B oferece uma percepção diferenciada. Para ele, a moral da profissão está em respeitar a moral dos grupos aos quais os profissionais de Relações Públicas se relacionam. Segundo ele: *“Como lidamos com diversos públicos, creio que devemos agir de forma a respeitar a moral de todos os grupos”*. Da mesma maneira a entrevistada A confere aos públicos a necessidade do exercício moral: *“Honrar os compromissos com os parceiros, retidão com a*

*imprensa, com os colaboradores da empresa. Como somos influenciadores, temos sempre que dar o exemplo*". Essa visão observa o espaço moral como o espaço de circulação entre os públicos, ocorrendo a necessidade de ser moral em função destas relações.

A pergunta seguinte realizada com os entrevistados procurava compreender como se dava a moral na prática diária da profissão. Nesse sentido foi solicitado exemplos de exercício moral do diário da profissão. As respostas podem ser comparadas no quadro a seguir:

Tabela 5 – Respostas sobre a pergunta: como se dá a moral na prática diária da profissão?

Entrevistado A	Em muitos casos, clientes pedem que ações sejam adequadas aos seus anseios pessoais. Cabe ao profissional de RP, orientá-los da melhor forma possível, no entanto, como os clientes são conhecedores de seu próprio negócio e, muitas vezes, julgam ter conhecimento sobre comunicação, acabam se tornando inflexíveis. Casos assim são comuns e trazem um dilema ao profissional de RP.
Entrevistado B	Respeito aos colegas. Cumprir prazos. Ter humildade para admitir que errou e profissionalismo para contornar os problemas.
Entrevistado C	Seguir as normativas da empresa e da sociedade, respeitando o espaço dos indivíduos com que trabalhamos.
Entrevistado D	Respeitar as regras da organização e não ferir o Código de Ética da profissão.

Fonte: Autora do trabalho (2014).

Clientes, colegas, sociedade e espaço dos indivíduos. Essas são algumas marcas que atribuem à noção de moral para a profissão como um exercício em

relação aos públicos. A opinião do público parece ser primordial para a moralidade, corroborando, mais uma vez com a visão da moral moderna: “o medo decorrente do reconhecimento de uma força imensamente superior e a desejabilidade despertada por um ser portador de qualidades apreciáveis e indispensáveis” (TAILLE, 2006, p. 13). Nesse caso, o mesmo citado anteriormente por Durkheim, como sendo a própria sociedade e os públicos aos quais o Relações Públicas trabalha os condicionadores da sua moral.

No parágrafo da resposta do entrevistado A, é visível em seu enunciado a noção de que o exercício da moral em âmbito diário da profissão ocorre em relação às relações de poder que se estabelecem no espaço organizacional, como: mídia, interesses privados *versus* pessoais. A moral, nesse sentido, está ligada aos dilemas que podem nascer do embate de perspectivas. Para o entrevistado A, exercer a moral na profissão significa trazer alternativas para o embate entre pessoal e público. Outra inferência que se pode realizar dessas respostas é que a concepção de moral se constrói em diálogo com os espaços públicos e privados, bem como os agentes políticos desses espaços.

Na resposta do entrevistado C também fica exposto que o exercício da moralidade na profissão, para ele, existe por estar em consonância com os outros indivíduos. Mais uma vez, a visão de moral é construída sob a ótica do social.

Outro ponto de análise para a pesquisa foi a questão da persuasão em relação à moral. Nesse sentido, para entender o quanto a persuasão pode influenciar o comportamento moral dos entrevistados foi perguntado: *Você acha que a persuasão e o convencimento podem contribuir com um denegrimento dos princípios morais da profissão? Explique.* Foi unânime as respostas que afirmavam haver o risco sim da persuasão e do convencimento contribuírem para uma má interpretação ou má imagem da moralidade para a profissão.

Dos quatro entrevistados, a totalidade confirmou que existe essa possibilidade caso não haja uma consciência dos profissionais. Como afirma o entrevistado A: *“Certamente. Em casos em que a persuasão é realizada de forma dissimulada, os profissionais que a fazem, colocam a sua classe profissional em risco”*. Também reforça o entrevistado B: *“É perfeitamente possível persuadir e convencer sendo ético e moral desde que, as ações não desobedeçam às regras da profissão e não ferir o Código de Ética”*. Nesse sentido, a moral para os entrevistados pode ser

afetada por um “mau uso” da persuasão e cabe a estes pensarem formas de usarem-na de forma que não fira a moralidade da classe. No enunciado também foi citado mais uma vez a palavra regra associada a profissão, conferindo o diálogo novamente com a visão de moral na modernidade.

A última pergunta que foi realizada na pauta moral buscava analisar qual o conhecimento dos profissionais entrevistados acerca das bibliografias referentes à temática na área. A resposta da entrevistada B registra que podem existir bibliografias que podem dar nortes, porém, como em outros aspectos teóricos da área, há falhas: *“A profissão tem esse estereótipo do convencimento, da persuasão, mas creio, sim, que existem bibliografias que possam dar “nortes”. A literatura em RP no geral é tão falha para falar das estratégias de RP, quanto para falar sobre ética e moral. Não creio que seja um assunto preterido”*.

A questão do estereótipo nesse aspecto também pode ser citada como um fator impulsionante. O entrevistado B pontua que não conhece bibliografias que dissertem sobre o assunto na área: *“Não tenho muito conhecimento sobre as literaturas sobre ética e moral em RP”*. Pode-se notar que os profissionais têm a consciência da falta de referências na área, e que é uma temática abrangente que não recebe o devido tratamento teórico para a profissão e envolve outros aspectos tão complexos quanto.

Do que mais se pode extrair das análises realizadas sobre a segunda pauta – moral – pontua-se que a moral só ocorre em função do outro, ou seja, do indivíduo em sua vida em sociedade. Para a prática das Relações Públicas, o exercício da moralidade no profissional ocorre dentro do âmbito das relações de poder que envolvem o ambiente ao qual o profissional atua, especialmente o organizacional, pois nesse há a maior tomada de decisões e jogos de poder. E, também, infere-se que uma temática que pode auxiliar na compreensão da moralidade no exercício das Relações Públicas é a questão da própria opinião pública, pois ela, de certa maneira, condiciona diretrizes de pensamentos e formam a moralidade de um grupo que entrará em constante contato com a do profissional condicionando assim suas atitudes e ações.

## **5.5. Terceira pauta: concepções de ética**

A terceira pauta da entrevista realizada com os profissionais de Relações Públicas do estado do Rio Grande do Sul competia ao tema complementar a moral. Buscou-se compreender, nas entrevistas, como a ética é vista pelos profissionais por diferentes ângulos da atuação profissional. Esses ângulos abrangiam as estratégias, o ambiente organizacional, grupos que podem gerar conflitos as Relações Públicas, problemas éticos e legislação da atividade (código de ética). Postula-se que essas esferas podem corroborar para conceber a concepção da ética para esses profissionais e, posteriormente, realizar aproximações teóricas com a mesma.

A primeira pergunta referia-se a questão das estratégias no âmbito das Relações Públicas. Estratégias e ações de Relações Públicas foram um ponto presente nas três pautas, pois percebe-se a criação de estratégias, o planejar, como uma atividade essencial das Relações Públicas, e assim é possível observar como se insere a ética neste campo de atuação.

Nesse sentido, foi perguntado: *As Relações Públicas na atualidade trabalham com estratégias de comunicação. O que seriam estratégias éticas nas Relações Públicas?*

Abaixo, na tabela, é possível comparar as respostas:

Tabela 6 – Respostas sobre o que seriam estratégias éticas nas Relações Públicas.

Entrevistado A	Estratégias que buscam resultados, mas que também buscam ser transparentes ao máximo como forma de respeitar os públicos.
Entrevistado B	A estratégia que envolve a ética é aquela em que existe transparência nas ações, coma imprensa, com a comunidade. É bem dentro da frase “Jogar limpo”, os públicos tem muita informação e pouco toleram empresas que dissimulam, enganam. Então, se fores falar com a imprensa, usa dados reais, verídicos, se a empresa sofre um abalo de imagem, assume diante do público, com competência, e tenta resolver a crise.
Entrevistado	Seriam aquelas que primam pelo benefício de todas as

C	partes envolvidas. Por exemplo, iniciativas como projetos sociais como estratégia de Relações Públicas mobilizam diversos setores da sociedade, não só a organização a qual o profissional responde. São éticas porque não ficam no campo do individual, promovem o direito público, a transparência.
D Entrevistado	<p>As estratégias de RP devem respeitar ao Código de Ética dos Profissionais de Relações públicas e aos princípios da “Declaração Universal dos Direitos do Homem”.</p> <p>O profissional de Relações Públicas, em seu trabalho individual ou em sua equipe, procurará sempre desenvolver o sentido de sua responsabilidade profissional, através do aperfeiçoamento de seus conhecimentos e procedimentos éticos, pela melhoria constante de sua competência científica e técnica e no efetivo compromisso com a sociedade Brasileira.</p> <p>O profissional deve empenhar-se para criar estruturas e canais de comunicação que favoreçam o diálogo e a livre circulação de informações.</p>

Fonte: Autora do trabalho (2014).

A transparência é bem citada como sinônimo de ética para a profissão. Para os entrevistados, uma estratégia ética é aquela que a transparência, o livre acesso a informação de maneira clara e objetiva ocorre. Os públicos também ocorrem novamente: *“os públicos tem muita informação e pouco toleram empresas”*. Nesse sentido, assim como a moral, a opinião do público sobre determinada ação ou atitude de Relações Públicas condiciona o seu exercício ético.

A segunda pergunta já buscava sair do campo de atuação das estratégias (ações) e ir para o da profissão, ou seja, como o entrevistado enxerga a profissão em relação a ética. Nesse sentido, foi perguntado o que o entrevistado considera

como um profissional ético. A resposta do entrevistado D sugeria que o profissional ético é aquele que respeita sua normativa, ou seja, que respeita o código de ética. Já o entrevistado B explica que, além de cumprir as regras legislativas da profissão, o profissional ético é aquele que respeita o sigilo e privilégio de informações.

Para o entrevistado A, a ética na profissão significa aquele que não pensa no particular para beneficiar o interesse coletivo, como salienta: *“Um profissional que não sobrepõe os seus interesses ou de seus assessorados pela realização de negócios. Um profissional que respeita sua formação, confia nela e busca se impor com base no conhecimento e experiência adquiridos.”* Já a entrevistada C, semelhantemente ao A, ressalta que a ética para o profissional está nas relações principalmente externas, que são as que corroboram para a imagem, para a reputação. A ética, nesse sentido, para o entrevistado C, está na postura profissional com o público externo.

Na terceira pergunta, que se destinava a entender qual a visão dos entrevistados sobre os ambientes que a ética poderia ser mais associada na profissão, as respostas, em sua unanimidade, sugeriam que os ambientes não poderiam ser concorrentes, e que a ética deve habitar todos os espaços, já que não depende do contexto e sim das pessoas.

A quinta pergunta, realizada para compreender como se dava a visão dos entrevistados sobre a ética na profissão de uma maneira geral, foi a seguinte: em sua opinião, o que é ética nas relações públicas? Para o entrevistado A, ética corresponde a buscar transparência no fornecimento das informações. Como o salientado em suas palavras: "a busca por resultados não justifica qualquer manipulação".

Nesse sentido, evitar a manipulação é um ponto que diz respeito ao ser ético para este profissional. Já a entrevistada B pensa que a ética está associada ao dia a dia das organizações e a tomada de decisões: "Penso que ser ético profissionalmente é agir com compromisso e seriedade no dia a dia das organizações. Não deixar margens para dúvidas quanto à postura e as decisões tomadas na esfera da comunicação. A entrevistada, assim como pode ser observado nas bibliografias de relações públicas, sugere que a ética precisa circundar estes dois aspectos: as organizações e tomada de decisões. São os ambientes mais

propícios para que a ética seja exercida. Pode-se dizer também que são os espaços onde a ética é mais cobrada dos profissionais.

A última pergunta da análise sobre a questão da ética em Relações Públicas procurou visar o enfoque na legislação da atividade. Nesse sentido, foi perguntado se a legislação vigente para a profissão contempla todo o universo ético de abrangência das Relações Públicas. As respostas podem ser indicadas na tabela abaixo:

Tabela 7 – Respostas a pergunta: A legislação vigente para a profissão contempla todo o universo ético de abrangência das Relações Públicas?

Entrevistado A	Não tenho conhecimento sobre isso.
Entrevistado B	Não sou um profundo conhecedor da legislação, mas como uma profissão regulada, me parece que existem muitas brechas para que outros profissionais atuem como RPs. Creio que deveria haver uma legislação mais específica.
Entrevistado C	Não conheço à fundo a legislação, mas penso que há algumas questões que devem ser mais precisas. Como a questão da assessoria de imprensa ser uma atividade específica de RP ou jornalismo.
Entrevistado D	O Sistema Conferp, Conselho Federal e Conselhos Regionais, estão em constante estudo para atualização das Resoluções Normativas que regem atividade de Relações Públicas, é importante salientar que, contemplando ou não, as Resoluções publicadas estão em vigor e devem ser respeitadas.

Fonte: Autora do trabalho (2014).

Podemos observar desta amostra as seguintes análises: um dos entrevistados sugeriu não haver conhecimento da legislação de Relações Públicas, o que é uma alerta. O segundo entrevistado disse não conhecer profundamente a profissão, mas entende que há brechas de atuação, que podem dar a profissionais que não são formados na área atuarem como relações públicas irregularmente.

O terceiro entrevistado responde da mesma maneira, dizendo haver a necessidade de revisão de alguns pontos na legislação, como por exemplo, a da função de assessoria de imprensa ser própria da área de relações públicas, sem dar margem para outra profissão atuar. E o último entrevistado, que representa a opinião do próprio conselho legislativo no RS, salienta que se há ou não necessidade de revisão, a legislação vigente deve ser cumprida, mesmo se há falhas.

A ética e a moralidade se constroem a partir da tomada de decisões (que corresponde ao ato político), dentro de uma esfera organizacional (seja pública ou privada), pautada em valores que ora desejam atender os objetivos privados e ora os públicos. Isso caracteriza o exercício da ética e da moral em Relações Públicas como uma experiência genuinamente política, que se materializa através dos discursos.

Como Stevenson categoricamente afirma:

A construção de uma dimensão comunicacional ético-moral precisa de um leque diverso de perspectivas que nos lembrem nossa condição humana compartilhada. Igualmente essencial é a existência de “domínios públicos nos quais nossas vozes e as dos outros possam insistentemente interrogar-se de maneira recíproca” (STEVENSON, 1997, p.84).

Pode-se inferir que há a consciência nos profissionais entrevistados de que há a necessidade de mudanças na esfera legislativa de Relações Públicas, e as principais preocupações apontadas foram: 1) a questão de profissionais de outras áreas atuarem irregularmente na profissão, 2) estabelecimento de delimitações nas funções da área, como por exemplo a assessoria de imprensa, que no Brasil, ainda não se tem uma definição específica se é da área das Relações Públicas ou do Jornalismo.

Do total observado, a ética para as Relações Públicas circunda a prática da transparência. Das perguntas realizadas, a transparência, que é sinônimo de ética para os entrevistados, ocorre e deve ser pensada pelo profissional mais no âmbito das estratégias, da tomada de decisões, e do relacionamento de informações com a mídia. A concepção de ética para as relações públicas pode ficar compreendida, então, como a ocorrência de transparência na tomada de decisões, no relacionamento de informações com a mídia e com a execução de estratégias na atividade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo construir, ainda que em uma tentativa, como ocorrem a ética e a moral no âmbito da profissão de Relações Públicas. Para isso, foi realizada uma ampla discussão teórica sobre os conceitos na antiguidade e modernidade, em autores também contemporâneos e da própria área. Para os filósofos antigos, a moral era vista como um exercício deliberativo da consciência dos indivíduos, que dependia da sua própria escolha. Já para Durkheim e Freud, na modernidade, a moral era vista como regras impostas, em que o não cumprimento poderia gerar castigo.

Essa ótica, em muito herdada dos sistemas morais religiosos que assolaram as sociedades na idade média, constituiu a visão da maioria dos modernistas. Procurando dialogar a visão da moral que os profissionais de Relações Públicas tem da profissão, foi possível identificar no discurso dos entrevistados uma concepção modernista de moral, aquela atrelada a regras de conduta, que para a profissão são condicionadas principal e sumamente pelos públicos aos quais o profissional se relaciona. Foram citados: colegas, imprensa, organização, clientes, etc. A moral, nesse sentido, constrói-se condicionada pela opinião destes públicos, nos mais diversos espaços de debate, tanto público como privado. O jogo de interesses também se faz presente nessa construção, vendo a ótica do ato político intrínseca a este processo. Pode-se dizer, de maneira geral, que a moral se constrói nas Relações Públicas a partir destes elementos acima citados.

Na questão da ética, a visão dos entrevistados é associada a um valor em específico: a transparência. O discurso ético dos profissionais entrevistados era o discurso da transparência, principalmente voltadas a suas estratégias. A ética, na visão dos profissionais também é vista como um valor e não um sistema de valores. Nesse sentido pode-se compreender que a concepção de ética para os profissionais de Relações Públicas é construída pela ótica da transparência nas ações, condicionada, mais uma vez, pelos públicos nos espaços de atuação profissional.

Notou-se que a ética e a moral dialogam com três outros aspectos que se assemelham ao contexto do exercício da atividade de relações públicas: a política, o

espaço público e a opinião pública. A partir da entrevista com os profissionais da área foi possível observar que o exercício da moralidade e da ética ocorrem, de fato, da fusão destes elementos.

Outra inferência obtida com a pesquisa é a estreita conexão entre o surgimento da prática na moderna sociedade capitalista com o surgimento da retórica, na antiga Grécia. Ambas possuem características semelhantes, e podem ser alvos de estudo ético, pois possuem, como elemento de suas atuações o discurso, objetivo principal da ética segundo Filho (2013).

Nesse sentido, pode-se concluir que a construção da ética e da moral na perspectiva das relações públicas ocorre através do diálogo entre ato político, a opinião pública e ambiente organizacional (seja público ou privado). A ética e a moral se materializam, nas relações públicas através de um discurso, que por vezes é contraditório, e que atribui a profissão o caráter da ambiguidade. Acredita-se, na visão da autora, que este discurso divergente não contribui para a imagem da profissão, e o cerne dos problemas éticos que atingem a classe é devido a esta pouca compreensão do discurso geral do objetivo da profissão, ora dizendo possuir valores que correspondem a interesses públicos, ora que correspondem a interesses privados.

## REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

ANDRADE, Teobaldo de. **Para entender Relações Públicas**. São Paulo: Loyola, 2005.

FARIAS, Luis Alberto de. **Relações públicas estratégicas: técnicas, conceitos e instrumentos**. In: FERNANDES, Backer Ribeiro. **História das relações públicas: surgimento e consolidação nas Américas**. São Paulo: Summus, 2011.

FILHO, Clóvis Barros de. **Curso online de ética**. São Paulo: Veduca, 2013. disponível em: <<http://www.veduca.com.br/play/7326>>

GRUNIG. James E., HUNT, Todd. **Managing public relations**. Holt, Rinehart & Winston: 1984.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.

HABERMAS, Jürgen. **A Reply to my Critics**. In: THOMPSON, J. B., HELD, D. (eds.). **Habermas: critical debates**. Cambridge: MIT, 1982.

KUNSCH, Margarida (org.). **Relações Públicas: história, teorias e estratégias nas organizações contemporâneas**. In: KUNSCH, Waldemar Luiz. **Gênese e desenvolvimento do campo profissional e acadêmico das relações públicas no Brasil**. São Paulo: Saraiva: 2009.

MAIA, Rousiley. **Política deliberativa e tipologia de Esfera Pública**. In: Compós, 15, São Paulo. Grupo de Trabalho Comunicação e Política, São Paulo, jun. de 2006.

MARCO, Segre. COHEN Claudio. (Org.). **Bioética**. 1 ed. São Paulo: EDUSP, 1995.

PLATÃO. **República**. Rio de Janeiro: **Editora** Best Seller, 2002.

RACHELS, J. **Os elementos da Filosofia da Moral**. Lisboa: Gradiva, 2004.

ROSA, Helaine Abreu. CARVALHO, Cintia. **O pioneirismo do Sindicato de Relações Públicas no Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/4o-encontro-2006-1/O%20pioneirismo%20do%20Sindicato%20de%20Relacoes%20Publicas%20no%20Estado%20do%20Rio%20Grande%20do%20Sul.doc>.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Comunicação & Política**. São Paulo: HACKER, 2000.

SODRÉ, Muniz. **Retórica e Mídia: Estudos Ibero-brasileiros**. Florianópolis: Editorial Insular, 2009

STEVENSON, Nick. “**Media, ethics and morality**”. In: McGUIGAN, Jim (ed.). *Cultural methodologies*. London: Sage, pp. 62-86, 1997.

TAILLE, Yves de La. **Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

TÔRRES, Moisés Romanazzi. **Os conceitos aristotélicos de cidade e de cidadão**. In: **Outros Tempos**. São João Del Rei: 2005.

## **ANEXO 1**

1 – Entrevista por pauta enviada aos pesquisados.

### ***Moral e ética: A Construção das Concepções na Perspectiva das Relações Públicas***

Karen Greco Soares

Trabalho de Conclusão de Curso II

Universidade Federal do Pampa

#### **Questionário por pauta sobre ética e moral**

##### **Perguntas**

##### **Pauta 1: VALORES**

1. Cite três dos principais valores que considera primordiais para a profissão.
2. Você cria ações de Relações Públicas com base em que valores?
3. Quais os valores que mais se associam à profissão em sua opinião?
4. Entre cliente, empresa e sociedade de que lado o relações públicas fica?
5. No geral, as práticas da profissão de Relações Públicas em sua empresa são voltadas a quais públicos?

##### **Pauta 2: ÉTICA**

1. As Relações Públicas na atualidade trabalham com estratégias de comunicação. O que seriam estratégias éticas nas Relações Públicas?
2. O que entende por um profissional ético?
3. Acredita que a ética da profissão está mais voltada ao ambiente organizacional (clientes) ou à sociedade?
4. Quais são os grupos que mais podem gerar conflitos no domínio das Relações Públicas?
5. Em sua opinião, o que é ética na visão das Relações Públicas?
6. Quais alguns dos problemas éticos que envolvem a profissão de RP?
7. A legislação (resolução normativa da atividade e código de ética) vigente de Relações Públicas contempla todo o universo ético da profissão?

### **Pauta 3: MORAL**

1. Observa diferença entre ética e moral? Explique.
2. Você acha que a persuasão e o convencimento podem contribuir com um denegrimiento dos princípios morais da profissão? Explique.

3. Agir moralmente no ambiente de trabalho significa?
4. O quanto sua moral pessoal influencia suas escolhas na profissão?
5. Qual a concepção de moralidade para as Relações Públicas?
6. Cite um exemplo de exercício moral no âmbito de trabalho diário em sua profissão.
7. Você acredita que as literaturas em Relações Públicas contemplam reflexões sobre o conceito de moral para profissão?